

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

PRESIDENTE - CARLOS AVALLONE

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Bom dia a todos.

Queria agradecer a presença de todos aqui na nossa audiência.

Invocando a proteção de Deus, e em nome da sociedade mato-grossense, declaro aberta esta audiência pública requerida pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através do seu Presidente, Deputado Carlos Avallone, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei Orçamentária anual, a LOA - 2026.

A nossa mesa já está composta. O Deputado Botelho está chegando, que é o Presidente da CCJ. Aqui já temos o Ricardo Capistrano, já temos o Gallo, o Deputado Wilson Santos, a nossa defensora pública Luziane já presente aqui.

Quero agradecer aqui à Márcia, do Abrigo dos Velhos, agradecer aqui ao presidente do Sindicato da Saúde, aqui presente, que quer fazer uma pequena apresentação aqui também para tocar alguns fatos; todas as assessorias que estão aqui presentes; e agradecer a presença de todos, a Anésia Cristina, que está via on-line também, que é a contadora-geral do Estado, queria agradecer a ela e dizer que esta audiência... e a nossa assessoria toda, a nossa Consultoria da Casa, em nome da Janaína Polla aqui, quero cumprimentar a todos, o pessoal do Cerimonial, a Olga, todo o pessoal da Informática, TV Assembleia, Rádio Assembleia, todos aqui. Nós estamos para o estado inteiro, e esta é uma audiência importante, todas são, mas esta é a última para a gente discutir a LOA.

Em que pé nós estamos? Até o dia 11, nós vamos receber as emendas dos Deputados para a LOA. Então nós já estamos recebendo uma quantidade grande de emendas, eu acredito que vai ter entre 300 a 400 emendas. E nós temos, do dia 11 até o dia 14, 15, no máximo, para dar um parecer em todas elas e ainda enviar para a CCJ, para que lá também dê um parecer em todas elas, para ir para a votação em segunda, no dia 17, que em tese é a última sessão nossa, para votar em segunda.

Esse ano, como todos os anos, é muito importante a gente ter o orçamento aprovado, mas como se trata também de um ano eleitoral, o próximo ano, 2026, quanto mais tempo demorar para abrir o orçamento, mais difícil ficam as liberações e tem restrições eleitorais para a liberação de recursos e tal.

Então, todos, Estado e Assembleia, têm que fazer um esforço grande para a gente tentar aprovar o orçamento ainda dentro do ano de 2025. Então, todas as nossas comissões, tanto a CCJ quanto a Comissão de Orçamento, estão 24 horas à disposição para discutir com todos os Deputados, com a sociedade, todos os pontos que sejam importantes.

E esta audiência não tem hora para acabar, e nós vamos tentar diminuir todos esses detalhes.

Neste ano, secretário Gallo, já agradecendo a sua presença aqui, houve uma discussão um pouco mais acirrada do que nos anos anteriores, principalmente em cima dos números que, ano a ano, vêm sendo subestimados do orçamento, em torno de 5 a 7 bilhões de reais, segundo a avaliação nossa, da comissão, e também de todos os Deputados.

Então eu vou passar alguns números aqui para começar a cutucar a sua apresentação e a sua fala aqui, que é importante.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Quero registrar a presença do Deputado Botelho, Presidente da CCJ, que acaba de chegar aqui também. Neste ano nós fizemos as duas audiências públicas em conjunto, a primeira da CCJ e agora estamos fazendo a nossa aqui em conjunto com o Deputado Botelho.

Então, veja bem, considerando que, em 2025, segundo os dados constantes na LOA e no Fiplan... nós temos o orçamento inicial, 37,076 bilhões; suplementado, 20 bilhões; anulado, 13 bilhões; e o orçamento atual, 44 bilhões e 596. Ok? Qual foi o critério técnico ou econômico utilizado para que a LOA de 2026 tenha sido fixada no montante de 40 bilhões, se em 2025 nós vamos gastar ou já gastamos 44,5 bilhões? E nós estamos apresentando um orçamento para o ano que vem de 40 bilhões, inferior ao orçamento do ano de 2025.

Quero fazer uma consideração, e eu acho que ela é importante ser feita: teve dois momentos, que eu me lembre, dos 34 anos que eu estou na política em Mato Grosso, em que o orçamento do Estado foi feito extremamente rígido, o que significa que o orçamento era exatamente o que se imaginava que iria ser gasto. Uma vez foi no governo Dante de Oliveira e outra vez foi no governo Pedro Taques. As duas vezes foi um desastre. Porque na realidade o orçamento acabou tendo um problema ou uma crise da Rússia ou alguma coisa e aí houve um problema grave, porque todos os Poderes, as secretarias, estavam querendo gastar aquilo que foi orçado, mas houve uma redução.

Então, como Presidente da Comissão, eu entendo que tem que ter uma consideração, sei lá, 2 bilhões, 1,5 bilhão a menos, mas sinceramente tem sido muito difícil para a Assembleia um orçamento sempre subestimado, na ordem de 5 a 7 bilhões por ano. E esse ano me parece que vai ser até pior, porque se deu 44,5 bilhões em 2025, como vem um orçamento de 40 bilhões para 2026, certo?

Então, assim, não estou... a não ser que o senhor vá mostrar algumas outras preocupações para nós, e como o senhor é muito competente, acho que o senhor vai mostrar (RISOS), não tem uma explicação muito lógica para vir novamente nesse tamanho a previsão do orçamento.

Outra coisa é a inserção do artigo 4º com autorização de 20%. Veja bem, ano a ano, o Deputado Lúdio tem entrado com 5%, eu tenho proposto pela comissão 10%, e a Assembleia tem aprovado 20%. Esse ano nós aprovamos 20% e acabamos de autorizar agora mais quatro e pouco para que isso aqui fosse... ou vamos autorizar ou tem que ser autorizado, porque senão não fecha o orçamento, mais quatro e pouco, que vai dar quase 25% de autorização, para ser colocado.

Então, qual é o fator imprevisível ou a necessidade excepcional que fundamenta a inclusão do artigo 4º da LOA 2026, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares até o limite de 20% da despesa total prevista no artigo 3º, nos termos do artigo 43, da Lei nº 4.320/1964, considerando que a LOA já prevê possibilidade de remanejamento de até 10% para a cobertura de fatos novos ou imprevistos? Essa é outra argumentação que nós queríamos colocar aqui também para entender esse pedido do Estado, do Executivo, especificamente.

A outra, que depois o presidente do Sindicato dos Funcionários da Saúde quer apresentar dois slides aqui, nós temos tido... o nosso Presidente da Assembleia, o Max e vários outros Deputados, inclusive eu e outros Deputados aqui, têm questionado muito o orçamento da saúde. Então, no orçamento da saúde também acontece a mesma coisa do que nós falamos aqui do orçamento geral. Então, tem dado uma diferença de 1 bilhão e 377 a menos em 2026 do que o executado em 2025, ou a previsão do que será executado em 2025, que já está empenhado.

Então... e é uma área bastante sensível, que precisa de contratação, tem obras terminando. Lógico, se tem obras terminando, então vai diminuir o investimento nas obras, mas o hospital, começando a funcionar, entra um custo muito elevado, que às vezes é até pior que a obra...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

pior, não, necessário, mas é diferente, porque a obra é por dois anos, três anos, e o custo é eterno e tem que ser aumentado sempre para poder dar uma boa assistência nisso.

Uma outra ação, que isso é muito importante para todos nós aqui da Assembleia, é a questão da defesa das mulheres, secretário. Tem um debate muito forte nessa linha, a Assembleia está muito unida em ajustar, se for necessário, o orçamento para que a defesa... nas agressões a mulheres, nós tenhamos mais dinheiro destinado a essas áreas.

A Assembleia foi protagonista em instalar aqui a Procuradoria da Mulher. Nós instalamos o Orçamento Mulher, é o primeiro Estado que tem o Orçamento Mulher no Brasil, certo? E nós estamos liderando esse processo, fazendo com que as prefeituras, as câmaras municipais façam, montem as procuradorias, temos discutido bastante com a Fazenda aqui. Parabéns a sua equipe toda aqui, liderada também pelo Capistrano e pelos colegas, que hoje tem um Orçamento Mulher colocado.

Mas aí a gente ainda tem muitas diferenças e a gente quer ajustar isso para que esses recursos realmente estejam mais claros para as mulheres. E que nós tenhamos ações mais claras para que possam ser efetivados realmente nessa defesa, na questão das agressões às mulheres.

Quarto ponto, secretário: saúde mental. Esta Assembleia também lidera hoje um movimento importante, junto com o Estado, junto com as prefeituras, junto com a sociedade, que é a questão da saúde mental. A saúde mental virou uma pandemia, depois da pandemia, e a situação é gravíssima.

O Estado tomou algumas ações importantes, uma delas foi contratar uma empresa por telemedicina que dá assistência a todos os funcionários do Estado. E não sei por que vocês não divulgam isso, era importante, eu já cobrei isso do governador. Vocês estão falhando em dizer o que vocês estão fazendo, em minha opinião, porque o trabalho é fantástico, todo mundo tem direito gratuitamente, por telefone, a fazer uma consulta com um psiquiatra, com um psicólogo, gratuitamente, todos os funcionários do Estado. E isso não tem uma divulgação, talvez esteja internamente divulgado, mas não está externamente divulgado, então isso é uma ação importante, mas a sociedade ainda está muito desassistida.

Nós temos aqui uma Câmara Setorial de Saúde Mental. Nós conseguimos a autorização do governador, dois anos atrás, que autorizou colocar no PPA 88 milhões de emendas para a saúde mental, divididos em 22 milhões por ano. E no ano passado foram alocados só dez, embora tenham sido gastos mais de dez, em torno de doze, treze. Nós queremos discutir melhor isso, porque é necessário que esses 22 milhões sejam atendidos para a saúde mental. Nós precisamos ajudar os municípios a requererem esse dinheiro, buscarem esse dinheiro, porque tem ajudado bastante. Muitos municípios têm colocado CAPS, têm ampliado, mas nós precisamos avançar muito mais. A distância ainda está muito grande entre a realidade, a necessidade e o que está se colocando.

E os valores perto dos orçamentos do Estado...

Queria registrar a chegada do Deputado Júlio Campos, nosso Vice-Presidente da Casa, já está na mesa.

E convido o Deputado Diego para que venha para a mesa também. Nós vamos colocar mais uma cadeira aqui, Diego, vamos apertar mais um pouco aqui.

Então essa questão da saúde mental, você veja, os valores são 88 milhões por quatro anos, e nós não estamos gastando nem os oitenta, estamos gastando dez, treze. Nós precisamos chegar nesse valor, porque é uma área fundamental para a Assembleia, para a sociedade e tal.

E a última análise que eu vou fazer aqui é a questão, com a presença aqui da Márcia, do Abrigo dos Velhos, ela fez uma análise lá do que está no orçamento para os idosos. O Deputado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Botelho tem um trabalho muito forte nessa área, há bastante tempo, e ele está propondo algumas emendas nessa área.

Nós queríamos ouvir a Márcia também aqui, queríamos ouvir o Botelho, que vai falar especificamente sobre essa área também, porque é uma defesa que ele faz, que é importante, e nós queremos também destacar aqui para você.

E nós vamos fazer um convite, um desafio para você, Gallo. Lá no Abrigo dos Velhos - o Botelho já foi, o Wilson acho que já foi também, eu já fui umas duas, três vezes -, eles fazem um desafio de xadrez, de dama para a gente. Eu já fui lá jogar umas duas vezes, difícil ganhar deles, viu? Os caras são bons para caramba lá. E como você joga xadrez, você está desafiado lá.

Como que é o nome do nosso amigo que vai desafiar ele lá?

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO SE PRONUNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - O Rudy. Então o Rudy está desafiando você, no próximo evento lá. Antes do Natal, nós vamos lá e vamos fazer uma partida de xadrez lá, do Rudy com o secretário Gallo, e eu vou ficar de juiz, tá? (RISOS)

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO SE PRONUNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - O Wilson perdeu na dama, está vendo? É isso aí. Não é fácil...

(ORADOR NÃO IDENTIFICADO SE PRONUNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Ah, que é isso, hein? Está vendo como que é a assessoria? Os amigos, olha como que são os amigos.

Mas, Gallo, esses são alguns pontos.

A nossa defensora também vai fazer uma apresentação rápida aqui sobre alguns problemas da Defensoria. E sempre, todo ano, nós temos feito essa parceria grande também, uma outra luta grande do Deputado Botelho e da Casa.

Portanto, nós temos muitos assuntos aqui, eu quis colocar os primeiros, que é para motivar a sua apresentação.

E eu queria consultar: a saúde quer mostrar dois *slides* aqui, e a defensora quer apresentar aqui também dois, três *slides* aqui, vamos apresentar antes para depois ele fazer? Ok.

Quem que está no ponto aí? Primeiro a Defensoria ou primeiro a... então vamos... quem chegou primeiro foi o nosso presidente do Sindicato da Saúde. Combinei com ele cinco minutos (RISOS). Mesquita, você combinou cinco, mas reclamou dos cinco, vou dar mais dois, sete (RISOS). Pronto. Estou brincando, pode falar aí.

O SR. CARLOS MESQUITA - Devido ao tempo, eu vou cumprimentar a mesa, em nome do Deputado Carlos Avallone. Obrigado aí por ter aberto o espaço, porque eu tenho cinco minutos, tenho que ser rápido.

Então, o nosso objetivo aqui é com relação à questão da Secretaria Estadual de Saúde. Não vou mais delongar, porque o Deputado Avallone foi muito feliz na sua fala.

(O SR. CARLOS MESQUITA FAZ A SUA APRESENTAÇÃO POR MEIO DE SLIDES.)

O SR. CARLOS MESQUITA - Olha ali a questão do orçamento da Secretaria de Saúde, vocês vão observar que vai tendo suplementação desde 2018 até 2025. Essa suplementação aí tem verbas... se vocês observarem ali embaixo, no rodapé, está dizendo ali, suplementação por superávit, e tem a suplementação por excesso de arrecadação, que no caso ali foi 1 bilhão e 197 milhões. Essa suplementação por arrecadação, ela está até o mês de outubro, tá?

Então... próximo *slide*... próximo *slide* ...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Ele é um pouco lento, a passagem.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O SR. CARLOS MESQUITA - É que estão correndo os cinco minutos, né, Deputado? (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Aí eu dou mais um desconto, eu dou um desconto. Olha lá.

O SR. CARLOS MESQUITA - Aqui, esse é o orçamento da Secretaria Estadual de Saúde, 4 bilhões e 240 milhões. E ali vocês podem ver, o Tesouro do Estado, do Ministério, do Fundo, Outras Fontes, e o total. E ali tem por elemento de despesa, que é feito.

Inclusive, quero aqui agradecer, em nome do secretário Ricardo, o doutor Ricardo Capistrano é uma pessoa muito gentil, tem nos atendido, vamos ver se a gente sensibiliza ele e o secretário e os Deputados...

Próximo *slide*.

Então, como eu tenho pouco tempo, esse é o déficit orçamentário da Secretaria Estadual de Saúde para 2026, então esses aqui foram cálculos feitos...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Um bilhão e 589 milhões e 150 mil reais.

O SR. CARLOS MESQUITA - E eu quero chamar, que eu falei rápido, vocês observem: com pessoal, zero gasto. Nós tínhamos, em 2016, 5.417 servidores; hoje nós temos 3.022; desses 3.022, metade vai se aposentar daqui a seis anos. Inclusive, nós estamos muito preocupados como que vamos gerir no futuro a questão da Secretaria Estadual de Saúde.

Fora isso, nós somos considerados, alguns servidores, como sendo servidores de terceiro escalão. Por quê? A nossa tabela salarial, ela é diferente em relação a outras. Vocês podem fazer a comparação, inclusive o pessoal de apoio, do nível médio e do nível superior, o pessoal está tomando posse, vê o salário, faz outro concurso para outra secretaria, acaba saindo. Então, assim, nós temos algumas distorções, e a gente precisa resolver isso.

Então eu vou contar aqui, não deu cinco minutos ainda, sobre a sensibilidade dos senhores Deputados, do secretário de Fazenda; o doutor Ricardo Capistrano, como eu falei, é um cara altamente técnico, sua equipe não tem nem o que discutir, e o pessoal da Comissão de Saúde, mas eu gostaria que vocês observassem e dessem uma atenção especial com relação a pessoal. Porque daqui a seis, cinco anos, nós vamos perder mais da metade dos servidores. E aí, qual que é a função do Estado? Daqui a pouco vamos ter que terceirizar até o Governo do Estado. Porque, se vocês observarem, as terceirizações estão aumentando e, infelizmente, não está sendo reposto o número de pessoal que está se aposentando. E o secretário de Fazenda pode confirmar isso, com relação ao nosso gasto com folha de pessoal, você pode ver que só está diminuindo, porque está diminuindo o número de servidores.

Então eu acho que, assim, o Sindicato está nesse intuito de que vocês deem uma atenção especial à questão de pessoal.

Eu vou fechar minha palavra dizendo o seguinte: o SUS é feito com pessoas, para pessoas. Na saúde, não se faz saúde sem pessoas, sem médico, sem enfermeiro...

Então eu queria aqui também fazer um elogio ao secretário de Saúde, que tem feito um esforço muito grande, mas, infelizmente, sem dinheiro não tem como fazer nada, tá ok?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Quer mais um minuto? (RISOS)

O SR. CARLOS MESQUITA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Por favor. (RISOS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O SR. CARLOS MESQUITA - Quero aqui também fazer, dentro do que o senhor colocou aqui... só para vocês terem uma ideia, nós não temos dinheiro, segundo o orçamento, para o pessoal do CEOP. Quem que é pessoal do CEOP?

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) - Quem que é?

O SR. CARLOS MESQUITA - É um Centro de Especialidade para pessoas... dentista para pessoas especiais. Falta tão pouco!

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) - Quanto?

O SR. CARLOS MESQUITA - Trezentos e pouco milhões.

Então, assim, são coisas, assim...

Aqui tem um conselheiro que está aqui, que é o Bazan, ele é altamente técnico. Você entendeu? Isso aqui foi apresentado para nós no Conselho Estadual de Saúde, e os conselheiros queriam reprovar.

(O SR. CARLOS MESQUITA DIALOGA COM O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO.)

O SR. CARLOS MESQUITA - Sim, sim, está aqui... é o CEOP, aqui, milhões, milhões.

Eu vou distribuir para vocês, para vocês observarem que nós temos muitos déficits, e nós precisamos resolver isso. E vocês sabem que ano que vem é ano eleitoral, é um ano complicado.

Então que dê atenção especial para a saúde. Eu sei, aqui tem a defensora, o trabalho dela é muito bom, importante, né, defensora? Eu tenho aqui acompanhado. Mas, assim, estoura lá na Defensoria, vem para a saúde, porque ela entra com a liminar lá, e aí, se a gente não executar, não fizer o planejamento, o que acontece? A Defensoria entra com processo, e um procedimento que custaria 10 mil, acaba pagando 100, tá ok?

Obrigado, viu, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) - Muito obrigado a você, Carlos Mesquita, pelas explicações.

Eu queria registrar a chegada do Vivaldo Lopes aqui, que é ex-secretário, jornalista também. Eu vejo você, a suas colunas, direto, e já o considero um jornalista, e é um expoente de Alto Paraguai, é lá da República de Alto Paraguai, importante; a Luciana Rosa, que deve estar... eu não a vi aqui presente, mas deve estar chegando, on-line aí; Cláudio Campos; a Rosana Vargas, que é representante do Instituto Seara de Luz Obras Sociais; e a Márcia, eu já falei, já falei dela; aqui também presente a professora Rosângela Saldanha, da nossa consultoria; Jorge, também aqui presente, Jorge Santos; e conforme eu for vendo os outros amigos, eu vou registrando aqui a presença de todos.

É importante registrar, porque eu fico feliz quando nós temos uma plateia grande, porque normalmente o pessoal não gosta de vir discutir muito o orçamento, e ele é muito importante. E, como tem importância, eu fico contente.

Também a Thielide, que é vice-presidente da Adunemat, queria também registrar a presença dela aqui.

E passo a apresentação aqui para a nossa Defensoria.

A chegada do Wagner também, representando aqui o Sindicato dos Funcionários Públicos do Estado.

A SR.^a MARIA LUZIANE RIBEIRO DE CASTRO - Bom dia a todos; bom dia a todas; é um prazer muito grande estar aqui com vocês, como sempre.

Deputado Avallone, gostaria de cumprimentá-lo, em nome de todos os Deputados que compõem aqui esta importante mesa e este importante espaço.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Eu sempre falo, a Defensoria Pública já vem aqui, nos últimos sete anos, sempre participando e debatendo sobre a questão do orçamento, até porque é um dos momentos mais importantes de discussão, é o momento aqui na Casa de Leis em que se define os rumos do Estado. Então, assim, a gente sempre está aqui presente.

Cumprimento o secretário Gallo, eu sempre reforço a importância do trabalho técnico da Secretaria de Fazenda, sempre elogiando o trabalho dos servidores, de todos os servidores da Secretaria de Fazenda, e conseguimos viver um momento diferente no nosso Estado, sem sombra de dúvidas, por conta da qualidade técnica de toda a equipe da Secretaria de Fazenda.

Meu objetivo aqui, Presidente, é trazer algumas informações, até como uma forma de mostrar tudo o que foi investido na Defensoria Pública. Eu sempre falo que os recursos que vêm para a Defensoria Pública são investimentos, porque retornam para a população efetivamente. (A SR.^a MARIA LUZIANE FAZ A APRESENTAÇÃO POR MEIO DE SLIDES.)

A SR.^a MARIA LUZIANE RIBEIRO DE CASTRO - Então aqui alguns dados que a gente quer trazer, fazer uma apresentação rápida aqui, trazendo algumas informações, que são pesquisas que não foram até encomendadas ou contratadas pela Defensoria, mas que falam que a Defensoria Pública, dos órgãos do Sistema de Justiça, é uma das instituições mais importantes do país. Isso por meio de pesquisas realizadas pelo próprio Conselho Nacional do Ministério Público, pelo próprio Poder Judiciário. Então, em várias pesquisas, a Defensoria Pública é reconhecida como a melhor avaliada e também a mais confiável por parte da população.

E aqui a gente apresenta um pouco do que a gente faz dos nossos trabalhos, nós somos a voz de quem mais precisa ser ouvido. É aquele momento em que a gente sempre fala, a Defensoria Pública está ali de portas abertas para poder fazer o acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade e transformar esperança em direitos, especialmente de uma população que por muitas vezes nem sequer sabe do que ela precisa, qual é o direito que ela tem, então a Defensoria Pública está ali de portas abertas para poder atender.

E aqui, um dos pontos que a gente acha extremamente importante, a Defensoria Pública, até o momento, até o momento, nós ainda não fechamos o ano, ainda temos três semanas para poder encerrar o ano, nós estamos com 625 mil atendimentos. Isso está dando uma média de 2.700 atendimentos por dia. Esses dados são assustadores, é de abrir os olhos mesmo.

Número de processos recebidos, a Defensoria Pública é o maior operador junto ao PJE do Tribunal de Justiça, tanto de processos, audiências realizadas, 48 mil audiências realizadas, 32 mil ações ajuizadas neste ano, e petições no PJE. São dados que nós temos totalmente fidedignos, batendo a ordem de 692 mil petições. Então é uma produtividade muito grande para o total de... que a gente vai passar agora com relação às informações.

Isso aqui a gente ressaltar, porque um dos pontos - quando a gente chegou aqui nesta Casa de Leis, a gente falava sobre a importância do crescimento da Defensoria Pública - era o custo que o Estado tinha com advogados dativos. E só de imaginar aí essa produtividade que a Defensoria Pública apresenta, se a gente converter isso em uma tabela de custos da OAB, a gente teria números assim astronômicos. E isso não acontece quando passa esses recursos para a Defensoria Pública.

Então vamos lá.

Defensoria em números. E aqui só um ponto importante, só com relação ao ano passado para este ano, até o momento a gente já teve um crescimento de atendimentos na ordem de quase 14%, isso comparado 2024 para 2025, e ainda não fechamos o ano. A gente vai bater 650 mil atendimentos, com certeza, porque chega o fim do ano, é aquele momento do desespero, que todo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

mundo quer saber “como está o meu processo, como que estão as minhas coisas”, enfim. Então a gente deve bater aí 650 mil atendimentos no ano de 2025.

Em 2025, nós conseguimos fazer a nomeação, dentro desse processo de expansão, nomeando 12 defensores e defensoras públicas, concluindo o sexto concurso, e também empossamos 27 servidores efetivos, isso tanto para a atividade-fim quanto para a atividade-meio. Os servidores que foram trabalhar em localidades do interior, todos os defensores nomeados, desde a minha gestão, desde 2023, quando a gente começou as nomeações, todos vão exclusivamente para o interior, 100% dos defensores estão trabalhando no interior, o que nos possibilitou a presença da Defensoria Pública hoje em todas as comarcas.

Aqui é um dos números totais da Defensoria Pública: defensores ativos, nós estamos com 221 defensores; nós temos um total de cargos de 275, isso significa que eu estou ainda com um déficit de 54 defensores, que é um número bastante significativo, que nos motivou a dar início ao novo concurso, e já com previsão na LOA, para ter a possibilidade de nomeação de pelo menos 30 no ano de 2026; servidores, entre comissionado/efetivos: 688; estagiários, nós temos um público grande de estagiários, que dá um total de 1.637 pessoas trabalhando na Defensoria Pública hoje. Isso envolvendo tudo, atividade-fim e atividade-meio. Então, assim, considerando o número de defensores, 221, para essa altíssima produtividade que nós temos, é bem relevante.

Aqui, um pouco dos nossos trabalhos, que é o que a gente sempre enfatiza, a Defensoria Pública não está exclusivamente dentro dos núcleos, os nossos defensores estão fazendo um trabalho intenso na ponta com inúmeros atendimentos. Tivemos esse trabalho do mutirão “Meu Pai Tem Nome”, a “Defensoria Até Você”, que é um projeto que nós temos, em que nós vamos dentro das aldeias indígenas, fazemos o atendimento da população indígena dentro do seu território, que é um trabalho que inclusive foi premiado este ano dentro das práticas antirracistas em nível nacional da Defensoria Pública.

Temos também o “Pop Rua Jud”, um trabalho que a gente faz com a população de rua, a gente faz ali capacitação com essa população, educação em direitos, atendimentos nas localidades, nas ruas, nas praças; “Ronda dos Direitos Humanos”, onde a gente também faz o atendimento a essa população em situação de rua; o nosso trabalho com os catadores de recicláveis, que é um trabalho lindíssimo, em que a gente tem fortalecido e feito com que essas pessoas consigam a sua capacitação, elas consigam fazer com que elas formem cooperativas, que elas passem a ter uma renda mais digna com o seu trabalho. Então nós estivemos participando muito ativamente do fechamento de vários lixões aqui no Estado de Mato Grosso, dando dignidade para essas pessoas.

E aqui são alguns prêmios que a gente ganhou neste ano por conta desse trabalho. Na semana passada, a gente ganhou um prêmio no Innovare, que é o maior prêmio, que a gente chama que é o Oscar do Sistema de Justiça, um prêmio realizado pela doutora Elianeth, que até o Deputado Wilson Santos conheceu o trabalho dela, lá no Hospital Santa Helena, em que ela vai dentro do hospital fazer o atendimento às mães naquele momento bastante delicado. E ela consegue fazer conciliações, evitando a judicialização, tirando e diminuindo um pouco os traumas daquele momento delicado ali, de paternidade.

O Selo Esperança Garcia na luta antirracista; prêmios nacionais na área de tecnologia, nós tivemos dois prêmios nacionais na área de tecnologia, que é uma coisa que até a Secretaria de Fazenda enfatiza muito para a gente buscar projetos na área tecnológica para ampliação do atendimento, e a gente tem fortalecido muito isso, criando IAs e uma série de projetos; gestão socioambiental; e, na semana passada, nós recebemos o Selo Diamante de Qualidade em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Transparência Pública, dentro dos Órgãos Estaduais com maior índice no Estado de Mato Grosso, 97,27%.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - A senhora consegue terminar em mais dois minutos?

A SR.^a MARIA LUZIANE RIBEIRO DE CASTRO - Consigo.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Então está bom.

A SR.^a MARIA LUZIANE RIBEIRO DE CASTRO - E aqui, dentro do que a gente sempre tem apresentado aqui, é que nós chegamos a todas as comarcas, mas agora a gente precisa da estruturação dessas comarcas. Então a gente vem apresentar o “Projeto Pintando Mato Grosso de Verde”, para uma estrutura, tirar a Defensoria Pública de estruturas precárias em alguns municípios.

Eu citei aqui algumas localidades, como Vila Bela da Santíssima Trindade, que a gente atende em uma rodoviária. Eu citei aqui várias localidades, onde a gente está dentro do fórum, com condições bastante precárias de atendimento, com salas minúsculas, e que a gente precisa de espaços adequados.

Neste ano nós conseguimos inaugurar 12 novos núcleos, com algumas adaptações, alguns espaços alugados.

E aqui o que a gente falou, são 109 núcleos, sempre presente em 100% das comarcas.

E nessa parte de infraestrutura, nós temos 48 imóveis alugados, 43 cedidos, 18 próprios. E, dentro desses 18, nós temos 4 edificadas e 14 terrenos, que aí é o que a gente veio apresentar aqui para a Assembleia essa solicitação, tanto que gerou uma emenda na LDO.

Então a gente tem hoje, dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como metas e prioridades, a questão da estruturação física da Defensoria Pública.

Enfim, é isso.

O que a gente sempre enfatiza é que o fortalecimento da Defensoria não é custo, é investimento. Desde o primeiro momento em que eu estive aqui, nesta Casa de Leis, eu sempre pedi um tratamento de equidade à Defensoria Pública, porque éramos, dos órgãos do sistema de Justiça, o que estava em condições extremamente precárias, quando nós assumimos, lá em 2019.

A gente vem, ao longo desses anos, com muita, com muita conversa, muito diálogo, nós realmente crescemos. O que a gente vem pedindo é que permaneça esse diálogo, que a gente consiga continuar crescendo, porque a Defensoria Pública ainda está numa condição de muita desigualdade em se comparando aos outros órgãos do sistema de Justiça.

É isso.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Eu que agradeço, defensora.

Carlos Mesquita, ela teve dois minutos a mais que você, tá? Porque é mulher, então (RISOS) não tem como, as mulheres aqui têm preferência.

O Wilson pediu a palavra. O Botelho vai falar antes também ou só depois?... Falar antes? Então está bom.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, faz tempo que eu queria esse encontro com o secretário Gallo para dizer a ele o quanto eu o admiro. E já disse a ele várias vezes que ele é um dos melhores quadros da vida pública que eu presenciei nos últimos dez anos. Tive o privilégio de conviver com ele, como secretário de Estado, junto com você também, Avallone, ele na Secretaria de Fazenda, procurador-geral do Estado, e nós em outras secretarias. Ele sabe o quanto eu o admiro e sempre disse reservadamente isso a ele, e hoje estou dizendo isso publicamente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O secretário Gallo aperfeiçoou e modernizou a máquina arrecadadora. Ele assumiu, em 2018, com uma receita de menos de 18 bilhões de reais e vai fechar este ano com mais de 50 bilhões de reais. Todo esse soerguimento da arrecadação do Estado aconteceu sob a gestão do secretário Gallo e sua equipe.

Teve muita coragem para, junto com o Cira (COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS), fazer o enfrentamento aos grandes devedores, principalmente aqueles contumazes, devedores contumazes do Estado. E nós aprovamos aqui nesta Casa uma lei que determina ao Executivo Estadual a publicação dos maiores devedores do Estado, e a lei já vem sendo cumprida. A PGE, recentemente, com a Sefaz, elas fizeram a publicação dos dez maiores devedores em CNPJ e também em CPF, para que a sociedade tome conhecimento desses gigantescos devedores que estorvam o desenvolvimento do Estado.

Em relação à gestão fiscal, Mato Grosso é, junto com o Espírito Santo, a Unidade da Federação que tem letra “A” na Secretaria do Tesouro Nacional. Isso, inclusive, Antônio Wagner, permite que nós possamos utilizar recursos do Fundo Previdenciário para os servidores da ativa. Essa é uma exceção aos Estados que estão enquadrados na gestão fiscal “A”. Então eu o parablenizo.

Agora quero fazer algumas observações, meu amigo Gallo: Vossa Excelência, nesses oito anos, foi muito duro com os servidores públicos. E isso é uma contradição, até porque Vossa Excelência é de carreira servidor público, é concursado, procurador do Estado, e fez uma política duríssima contra os servidores. E de todos os secretários de Estado que o governador ouve, o senhor com certeza é o que ele mais ouve. Então não há dúvida de que Vossa Excelência influenciou de maneira importante na decisão do governador de não pagar a RGA de 2019 e ter essa linha duríssima em relação às reposições inflacionárias dos servidores.

Mas Vossa Excelência agiu também de forma seletiva, de maneira favorável a alguns setores do serviço público, notadamente da Sefaz, que tiveram, nesse período, crescimento real dos seus salários, enquanto o grosso dos servidores não o tiveram.

Vossa Excelência não criou, mas Vossa Excelência consolidou a cultura da suplementação. Vossa Excelência é o grande responsável por essa cultura da suplementação. Enquanto o governador Pedro Taques fazia um orçamento superavitário, ele exagerava no orçamento, sob a orientação do então secretário Marrafon, Vossa Excelência faz o oposto, subestima, até de forma exagerada os orçamentos. Se Vossa Excelência fizesse a jogatina numa bet, Vossa Excelência perderia todo o seu salário mensalmente, porque Vossa Excelência erra muito a mão quando subestima, e a subestimação ou a previsão a mais, ela nunca pode exceder 10%. Vossa Excelência mandou para cá um orçamento de 35... 37 bilhões para 2025, e vai chegar a 50 bilhões. Quer dizer, errou em mais de 20%. É um erro gigantesco, inaceitável!

E na sua gestão... não foi Vossa Excelência que criou a política... a cultura da suplementação.

E esta Casa, todos os anos, concedeu ao governo 20%, neste ano vai chegar a quase 25%. Se nós pegarmos 25% de 50 bilhões, são 12,5 bilhões que o Governo do Estado movimentou livremente, sem autorização do Poder Legislativo, 12,5 bilhões. Nenhum município do Estado tem essa arrecadação, o maior é a capital, que neste ano deve chegar a quase 5 bilhões. Então são duas Cuiabá e meia que o Governo do Estado teve de autonomia para fazer essa mobilização, e o senhor consolidou... não sei quem virá aí como próximo secretário de Estado de Fazenda, se será o senhor, um outro, mas já está consolidada essa cultura, lamentavelmente, de viver de suplementação.

Vossa Excelência colocou todos os Poderes deste Estado, as instituições, de joelhos, com essa política da cultura da suplementação. Viveram esses sete anos sob a sua égide, de joelhos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O Poder Judiciário, este Poder Legislativo, o Ministério Público, a Defensoria... dá até dó da Defensoria Pública, é uma pena, para mim é a mais importante de todas as instituições republicanas, porque é a instituição que verdadeiramente cuida dos pobres.

Vossa Excelência perdeu a mão na questão dos incentivos fiscais. É inaceitável a proporção que nós atingimos em relação aos incentivos fiscais. A concentração por setor aqui em 2024: a indústria 61%; o comércio e serviços, 24%; outros, 15%. Há uma concentração nesse eixo da BR-163, apenas seis municípios, Várzea Grande, Rondonópolis, Cuiabá, Lucas, Sinop e Primavera ficam com 50% de toda a renúncia fiscal; quatro *tradings* e duas empresas do setor de carne receberam juntas o equivalente ao orçamento total da saúde, apenas quatro empresas, quatro *tradings* e duas empresas, seis empresas ao todo, só do setor da carne, elas receberam, essas seis empresas, o equivalente a mais de 4 bilhões que foram utilizados na saúde.

É um gasto invisível, esse é o peso das renúncias fiscais. As renúncias fiscais em 2024 ficaram em 10,6 bilhões, isto é, 1,6 vez maior do que o que gastou a educação, 6,8 bilhões; e três vezes mais o que gastou a saúde, 3,8 bilhões de reais.

E, por último, secretário, Vossa Excelência, em minha opinião, ainda tem tempo suficiente para corrigir uma série de observações que foram feitas por mim, que eu não quero dizer que estão certas, esse é o meu modo de ver.

Eu e o Avallone convivemos muito com o Dante, e o Dante tinha uma frase que dizia: “orçamento é uma peça de ficção”. E no Brasil é. O Brasil gasta 50% de todo o seu orçamento da União para pagar o sistema bancário. Pode eleger dez vezes Lula, cinquenta vezes Bolsonaro, mulher de Bolsonaro, filho de Bolsonaro, primo de Bolsonaro, sobrinho de Bolsonaro, e nós não vamos sair da posição, enquanto não enfrentarmos o sistema bancário nacional e internacional. Nenhuma família avança deixando 50% do seu orçamento nas mãos dos bancos. Alguém tem que enfrentar esse monstro voraz, esse Leviatã, tem que ser enfrentado. Caso contrário, não adianta mudar de governo, de partido; não vai a lugar nenhum, se os governantes continuarem de joelhos ao sistema bancário.

Aqui em Mato Grosso, nós também precisamos reduzir os incentivos fiscais. Nós não vamos avançar muito, em que pese termos avançado, recuperamos muito a capacidade de investimento com recursos próprios, chegamos aí a 20%, é o Estado hoje que mais investe com recursos próprios. Isso é um outro golaço que a administração estadual fez nos últimos anos, um gol de placa, só atingido recentemente na gestão do governador Dante de Oliveira.

Então, Gallo, essas são as minhas observações.

E eu encerro, em dois pontos, um lá na Farmácia de Alto Custo, não vamos deixar... e há uma previsão com a LOA que está aí, LDO e LOA, de um déficit na Farmácia Popular de 42 milhões. Dentre esse déficit, obviamente, estão os remédios à base do canabidiol. Vossa Excelência sabe da minha luta, Vossa Excelência nos ajudou muito a cumprir, que nós não caíamos de novo naquele erro de termos necessidade de emendar esse aspecto aqui. Vamos garantir os remédios, são remédios potentes contra a epilepsia, contra o mal de Parkinson, contra o autismo severo. Esse é um ponto.

E o outro é garantir a Lei do Fethab, de março de 2000, que estabelecia um mínimo de 20% dos recursos do Fethab para habitação. O governo Mauro Mendes foi um governo espetacular na área rodoviária. Não há precedentes, não há comparação com o que foi feito pelo governo Mauro Mendes na área rodoviária. Não há dúvida em relação a isso, talvez até tenha havido um exagero na área rodoviária, o que acabou prejudicando sobremaneira outras áreas, a área social, que ficou bastante aquém, deixou muito a desejar a área social.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Ainda ontem, hoje, vendo aí que Mato Grosso é líder disparado em feminicídios, é líder em hanseníase, o Comando Vermelho chegou aos 142 municípios, notícias muito ruins para o Estado, mas é preciso cumprir com rigor o que a Lei do Fethab estabelece, no mínimo 20% dos recursos do Fethab... e nesses sete anos o governo não cumpriu em nenhum ano, em nenhum ano a Lei do Fethab foi cumprida em relação à moradia popular, não foi cumprida, em nenhum ano cumpriu-se a Lei do Fethab.

E nós estamos agora aqui na Assembleia elevando essa lei ordinária ao dispositivo constitucional. Já há uma PEC tramitando aqui, com a assinatura de todos os Deputados, para que, mais do que uma lei ordinária, essa obrigação seja constitucional, do governo, seja quem for, seja que partido, que aliança governa o Estado.

Então, essas são as observações que eu tenho a fazer e gostaria mais à frente que Vossa Excelência respondesse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Obrigado, Deputado Wilson Santos.

E vou passar para o Deputado Botelho, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Só peço ao Gallo... a Comissão de Fiscalização, nessa questão da habitação, fez um requerimento, aprovado pelos 24 Deputados, perguntando qual foi o investimento na área de habitação. E eu queria consultar a Janaína, que estava aqui, se essa resposta chegou, eu acho que não chegou essa resposta. Já tem um bom tempo, acho que já tem uns três meses que nós fizemos esse pedido. Seria importante localizar, porque não foi para a Fazenda, nós fizemos para a Casa Civil. Então, se o senhor pudesse localizar, seria importante a gente ter esses números aqui, tá ok?
(O SR. ROGÉRIO GALLO FALA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Em habitação. Quanto foi, para que a gente pudesse chegar a esses números que o Deputado Wilson colocou aqui, que toda a Assembleia está preocupada com isso.

Deputado Botelho.

O SR. EDUARDO BOTELHO - Bom dia a todos, senhoras e senhores, TV Assembleia, Deputado Presidente da Comissão de Orçamento, Carlos Avallone, nossos colegas Wilson Santos e Deputado Diego; nossos cumprimentos ao secretário Rogério Gallo, nossa defensora Luziane, cumprimento todos vocês.

Mas eu só vou fazer uma colocaçãozinha rápida, uma vez que o Wilson já foi nosso porta-voz, praticamente em todas as colocações aqui. Só vou fazer um adendo em relação a essa questão do orçamento.

Realmente, secretário, o orçamento é verdadeiramente uma peça de ficção que está vindo aqui, porque as diferenças são gritantes, e eu tenho os números aqui. Em 2021, o que foi encaminhado para a Assembleia e o realizado deu uma diferença de 30%; 2022, 34%; 2023, 28%; 2024, 23%; e neste ano já está passando aí os 24% do que foi encaminhado.

Então, realmente os números são muito altos, essas diferenças são... se nós vivêssemos no mundo de inflação, no mundo de incerteza, beleza, mas nós não estamos vivendo isso, nós estamos vivendo numa previsibilidade. Nós temos tido um Estado que vem... dá para fazer uma previsão do que vai arrecadar.

É aceitável uma diferença? É. Mas nós estamos aprovando na LDO 10% em que se pode fazer seus remanejamentos internos, mais 20% que estamos aprovando constantemente aqui na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

LOA, isso dá algo em torno de 30% para ser mexido no orçamento. Se você tem 30% que você pode mexer no orçamento, com mais 4% que nós aprovamos, dá 34%. Então significa que o que nós aprovamos aqui... o que está sendo executado é totalmente diferente do que nós aprovamos aqui.

E essas diferenças são também para o repasse aos Poderes, e isso é muito grande. Quando você observa a diferença do que foi encaminhado para a Assembleia e o que foi executado para os Poderes, para os órgãos, é muito grande, que eu nem vou falar aqui, porque realmente as diferenças são gritantes.

Isso, eu acho, secretário, que está na hora de nós começarmos a corrigir isso, colocar verdadeiramente o que vai ser executado aqui. E não vivermos nessa ilusão, ou como o Deputado Wilson Santos falou, querer colocar todos os Poderes de joelhos aí, acho que isso não é necessário. Nós temos um governo muito transparente, muito consistente, que está tendo realizações, e não precisamos viver com esses orçamentos fantasiosos. E eu tenho certeza de que o senhor sabe disso, porque o senhor, como o Wilson falou, é um dos melhores quadros do Estado em termos de competência e capacidade. Então basicamente é isso.

Eu quero reforçar aqui que nós vamos continuar trabalhando e garantindo o recurso necessário para que a Defensoria funcione; para atender a questão da construção das creches, nós temos um déficit muito grande de crianças nas escolas; e também para atender os idosos, nós temos um problema seríssimo de idoso aqui. Eu passei por problemas até emocionais aqui com uma senhora que chegou para mim pedindo pelo amor de Deus para arrumar... que viviam só ela e o marido e ainda cuidava do sogro. O marido morreu, ele que trabalhava, e ela precisa sair para trabalhar e o sogro está lá e tem que arrumar um lugar para ele, e não tem esse lugar.

Nós precisamos trabalhar para construir, fazer esse acolhimento para os idosos e colocar recurso. O Estado tem dinheiro, as obras são importantes, mas o acolhimento, o social, e sobretudo as transformações que eu espero, ainda, que nós possamos trabalhar no futuro, principalmente na agricultura familiar, secretário Gallo.

Nós estamos vivendo um momento na agricultura de muita melhoria, mas melhorias passageiras, que quando você doa equipamento, em três anos já acabou, nós precisamos trabalhar realmente na transformação, como foi feito lá com o agronegócio, que começou no governo Dante de Oliveira, que fez as grandes transformações. A transformação é mais importante do que construir uma estrada, então é você criar uma nova matriz econômica, uma nova mentalidade na população.

Então é isso o que eu espero para o próximo governo.

Obrigado.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Obrigado, Deputado Botelho.

Vamos ouvir no final aqui, neste primeiro momento, o Deputado Diego.

E eu queria só colocar aqui que eu recebi aqui a informação do Orçamento Mulher: “valores aplicados nas ações diretas de combate à violência, segundo o relatório da Sefaz, são pouco expressivos, menos de 8 milhões. É preciso melhorar a transparência e os marcadores de ações para explicitar os investimentos para que as mulheres possam se enxergar no orçamento. Propomos aperfeiçoar a metodologia do Orçamento Mulher com a participação da Assembleia”.

Eu quero lembrar, Gallo, e o Capistrano acompanhou isso muito de perto, que a iniciativa do Orçamento Mulher é nossa aqui da Assembleia. E nós gostaríamos de participar mais dos relatórios, dar sugestões, nos convocar mais, para a nossa consultoria participar mais disso, através da Procuradoria da Mulher e tal, para que a gente possa ajudar nessa transparência.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

A intenção é: as mulheres têm que se enxergar dentro do orçamento. Os números das mulheres no Estado são muito ruins, no Brasil, melhor dizendo, para não parecer que é uma coisa que nós estamos falando do Estado de Mato Grosso.

Mas vocês vejam bem, quando uma família tem um problema de uma criança excepcional, de uma criança especial, 83% das crianças são cuidadas só pela mulher, os homens abandonam a casa e vão embora. Eu não sei onde está na nossa formação que é a mulher que é responsável por isso, mas ficou sendo. Quem é a cuidadora é a mulher, a mulher cuida do idoso, a mulher cuida do sogro, a mulher cuida da criança, a mulher cuida, a mulher cuida. Então por isso que nós temos que dar preferência às mulheres. As mulheres não têm que ter o mesmo direito que os homens, as mulheres têm que ter mais direito que os homens, porque elas ficaram com a missão de cuidar, de cuidar da família, de cuidar de tudo.

Então nós temos outras missões, mas essa missão é fundamental.

E nos recursos que nós temos, por exemplo, na saúde mental, para cuidar inclusive das mães, que hoje estão precisando tanto de cuidado quanto as crianças, estão sobrando 12 milhões. Então nós queríamos chegar esses recursos nas cidades que têm menos de 10 mil habitantes, porque hoje nós estamos tentando atender quem tem mais de 15 mil, mas quem tem menos de 15 mil, 10 mil, está sem atendimento, está bom?

E nós precisaríamos juntos fazer, porque isso acontece no Brasil inteiro, não é uma coisa de Mato Grosso, avançou demais no Brasil, e aqui em Mato Grosso nós estamos até ganhando espaço, mas precisamos mais ainda.

Passo a palavra para o Deputado Diego.

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Deputado Carlos Avallone, cumprimento Vossa Excelência, e em seu nome também cumprimento o secretário Rogério Gallo, o Deputado Wilson Santos, o Botelho, nossa defensora pública geral, Luziane, a cumprimento também, parabéns pelo belo trabalho que a Defensoria vem fazendo, e saiba que todos os Deputados são parceiros, batalham pela Defensoria Pública, porque nós sabemos da importância dessa instituição para o nosso Estado.

Secretário Rogério, eu tenho alguns questionamentos dentro do orçamento, também não vou me prolongar e repetir muito o que os colegas já falaram.

O primeiro deles é sobre a Tacin. Mais uma vez, o orçamento não prevê arrecadação com Tacin. E nós tivemos recentemente uma decisão, extremamente inesperada por parte do Supremo Tribunal Federal, que mudou o entendimento sobre a Tacin, impelindo a cobrança, inclusive retroativa, acredito que cinco anos para trás, é uma decisão de agosto de 2025. E isso tem causado em muitos empreendedores no Estado de Mato Grosso, das mais variadas áreas do comércio, da indústria, do agro, o receio de uma cobrança retroativa, que seria... eu acredito que bilionária, da Tacin. Havia um entendimento jurisprudencial de que a Tacin era inconstitucional. E, de um dia para o outro, nosso Supremo Tribunal Federal, trazendo uma insegurança jurídica sobremaneira para quem empreende no nosso país, deu uma virada de chave de 180 graus, dizendo que não era devido.

Eu quero saber como e se há uma previsão no orçamento como na arrecadação, se o senhor tem algum trabalho interno na Sefaz - nós já fizemos algumas reuniões inclusive sobre vigilância e cuidado, Deputado Carlos Avallone, que é da Federação da Indústria, que ali há muitos que se preocupam com essa pauta -, se haverá alguma previsão de perdão, parcelamento ou algo do tipo com relação à Tacin.

Eu já faço também um adendo sobre a transação tributária, que é um instituto que nós criamos aqui nesta Casa, importantíssimo para a recuperação de ativos no Estado de Mato Grosso, trazendo uma forma nova. Recentemente, eu ouvi o governador de São Paulo, Tarcísio, falando de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

como a transação tributária deu certo no Estado de São Paulo. E aqui no Estado de Mato Grosso também vinha num bom caminho. Contudo, recentemente a gente tem visto por parte de procuradores e também de alguns contribuintes do Estado, que eles estão encontrando dificuldade na transação tributária, por conta de atualizações na fórmula de cálculo da atualização e também na incidência de reajuste nesse importante instituto de recuperação de ativos do nosso Estado. E se há previsão no orçamento de quanto o Estado de Mato Grosso pretende arrecadar no ano de 2026 acerca da transação tributária.

E, por fim, secretário Rogério Gallo, recentemente o nosso Estado, adequando inclusive com a legislação federal, adotou novos critérios para a distribuição do ICMS aos municípios. Critérios esses que tiraram da base de cálculo as fórmulas de cálculo como indicador indispensável para o cálculo do ICMS a ser repassado para os municípios, e eu cito aqui o ICMS Educação, a questão do contingente populacional. E no caso da educação ou da saúde, o número de atendimentos, o número de pessoas que são atendidas, trazendo para o Estado de Mato Grosso...

Eu sei que sabidamente Vossa Excelência e a Sefaz, quando da propositura da lei, também esta Casa, imaginando um cenário de meritocracia, estabeleceu alguns critérios que desconsideravam o número de matrículas e passaram a considerar índices educacionais, trazendo uma discrepância para municípios que possuem um pequeno contingente populacional. E eu cito aqui o município de Araguainha, sem fazer nenhuma crítica ao município de Araguainha, em comparação com Cuiabá, em que há uma complexidade social muito maior e uma dinâmica muito diferente de execução de orçamento e de políticas públicas, prejudicando sobremaneira municípios que abraçam aproximadamente 60% a 70% da população do Estado de Mato Grosso. Isso também acontece na saúde.

E soma-se a isso o fato de que... caso, em algumas simulações que nós já fizemos, se nós colocássemos um município como Cuiabá, Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Rondonópolis, Várzea Grande, com os melhores índices do Estado, ainda assim nós teremos uma perda gigante de orçamento. Só na educação, nós temos aí uma premiação de municípios pequenos que chegam a receber anualmente 40 mil reais a título de ICMS Educação, enquanto Cuiabá recebe algo em torno de 200 reais/ano.

Então é uma discrepância muito grande que aumenta as diferenças sociais. Nós sabemos que, quando foi feita a lei, quando foram definidos esses critérios, a ideia era premiar a meritocracia, mas quando você pensa em meritocracia, sem uma... aquela história que a gente estuda no direito, sem tratar os iguais de maneira igual, os desiguais de maneira desigual, nós vamos trazer, na verdade, desigualdades.

Então, como a Sefaz tem pensado nesse ponto? Porque nós sabemos que municípios grandes e importantes, que são as principais locomotivas da economia do nosso Estado, quando nós pensamos no ICMS, e se nós estamos pensando numa reforma tributária, que vai ser colocada na implementação em breve, e a reforma tributária estabelece que a arrecadação dos Estados partirá principalmente do consumo, nós estamos matando nossa galinha dos ovos de ouro, que são os maiores municípios, maiores consumidores, maiores pagadores de ICMS, de impostos relativos a consumo.

Então, como a Secretaria de Fazenda tem pensado nessa pauta, nesse assunto, para que nós possamos diminuir essas desigualdades? E compensar, quem sabe, com fundo de compensação, esses grandes municípios que têm perdido muita arrecadação nos últimos anos, as estimativas aí chegam a mais de 600 milhões, só Cuiabá, em três anos, de perda em arrecadação por conta dessa mudança na fórmula de cálculo do ICMS aos municípios.

Obrigado, secretário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Obrigado, Deputado Diego Guimarães.

Já passando a palavra para o secretário para que ele faça as suas considerações e a sua apresentação.

Eu só lembro, Deputado, que nós temos na questão das emendas, faltam empenhar, na saúde, 139 milhões em emendas, só na saúde. A pergunta é: o saldo orçamentário e financeiro está disponível para o pagamento desses 139 milhões na saúde? Porque esses municípios, principalmente no final do ano, estão contando com esse dinheiro para poder cumprir as suas metas, está bom?

O SR. DIEGO GUIMARÃES - Deputado Avallone, só para complementar, quando a gente fala da saúde, nós vimos aqui uma exposição, e nós sabemos que constantemente a gente vê aí a suplementação do orçamento da saúde por conta do déficit que é apontado no orçamento do ano de 2025, quando nós aprovamos 2024, isso me parece que vai se repetir para 2026.

Nós temos aí a previsão de grandes hospitais sendo inaugurados no nosso estado, como por exemplo o Hospital Central. Se nós vamos ter novos hospitais desse tamanho sendo inaugurados, o orçamento também precisa ser garantido para esses hospitais. E aí eu questiono o secretário se não há um risco de um colapso desses hospitais que serão inaugurados, por conta da ausência de previsão orçamentária para o ano de 2026. Porque de nada adianta nós termos grandes hospitais, porque grandes hospitais... e eu já ouvi alguns gestores falarem assim: “construir hospital é fácil, difícil é mantê-lo”. (RISOS) Não é tão fácil assim? Não, mas construir você gasta uma vez, manter você gasta todo mês. E a manutenção de hospitais desse porte dos que estão sendo feitos no Estado de Mato Grosso, o seu orçamento para manutenção gira em torno de 20% a 30% do que custaria para construir novos hospitais.

Então, como a Sefaz tem visto isso, para que nós não tenhamos problemas recorrentes no ano que vem que tragam talvez um risco de colapso na saúde do Estado de Mato Grosso?

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Bom, então eu passo a palavra ao nosso secretário.

Como o Carlos teve cinco minutos, a Luziane teve cinco minutos, eu vou dar dez minutos para o Gallo para ele responder tudo.

(FALAS SOBREPOSTAS - RISOS)

O SR. PRPRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) - Não? É pouco tempo? Pouco? Então está bom, eu vou estender para uma hora, com mais trinta minutos de tolerância (RISOS) para o Gallo. Fique à vontade.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Obrigado.

Só colocar a apresentação.

Mas, antes, agradeço ao Deputado Avallone e ao Deputado Botelho, presidentes das duas importantes comissões, Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Fiscalização e Orçamento, extremamente importantes, eu diria que são as espinhas dorsais aqui da Casa, sem demérito para nenhuma outra comissão finalística, mas são duas comissões que dão sustentação a todas as políticas públicas, a Constituição e Justiça e, obviamente, ali quem assegura os recursos públicos necessários para que essas políticas públicas sejam executadas.

Também cumprimento o Deputado Diego, o Deputado Júlio, que passou por aqui, também o Deputado Wilson Santos, a Deputada.... eu a estou elegendo Deputada já, viu, Maria Luziane? A defensora pública Maria Luziane também pela presença, sempre muito participativa em todos os debates relacionados ao orçamento. E a gente vai mostrar um pouquinho mais adiante o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

quanto foi importante o seu trabalho e nosso diálogo ao longo dos últimos três anos, tem mais um ano de mandato para completar o seu quarto ano à frente da Defensoria Pública, desse importante órgão autônomo do Estado de Mato Grosso; também o meu colega Ricardo Capistrano, que dá suporte a todo o trabalho de elaboração da peça orçamentária, junto com a sua equipe, junto com as demais áreas da Secretaria de Fazenda.

Cumprimento os técnicos aqui da Assembleia Legislativa, os assessores; meu amigo Vivaldo Lopes, aqui presente, muito obrigado; professora Rosângela, também, enfim; nosso colega de Casa Civil, o Cláudio Campos, posso falar o apelido dele ou não? Acho que não, melhor não, melhor não; também cumprimento o Antônio Wagner aqui, da liderança sindical, e todos os colegas que também são servidores públicos.

Fiz uma apresentação, Deputado Avallone, se o senhor me permite, são alguns *slides* ali, só para passar uma visão geral daquilo que a Lei Orçamentária deste ano trata, algumas visões também em relação à elaboração dessa peça orçamentária e também falar um pouquinho sobre o futuro.

Eu anotei tudo - tá, gente? - do que foi dito, foi falado aqui e indagado pelos Deputados e também pela Luziane, pelas intervenções que foram feitas pelo Mesquita e pelos demais Deputados. Ao final, aí eu passo aqui cada ponto que foi trazido, está bom?

Mas vamos lá.

Por favor, primeiro *slide* aí.

(O SR. SECRETÁRIO ROGÉRIO LUIZ GALLO FAZ A APRESENTAÇÃO POR MEIO DE SLIDES.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Bom, a estrutura, nós vamos falar um pouquinho da trajetória fiscal de Mato Grosso, os indicadores. Acho que é importante a cultura de indicador. O governador Mauro Mendes tem por princípio e por filosofia de trabalho, ele traz essa cultura de metas e de medição de metas e, portanto, de resultados. Então, vamos trazer alguns indicadores.

A Metodologia de Projeções Orçamentárias tem gerado alguma polêmica, como foi aqui mencionado. As Receitas e Despesas propriamente ditas, a gente obviamente não vai passar todas elas, mas aquelas principais Receitas e Despesas Orçamentárias.

E me parece que aí nós temos um trabalho, e essa Comissão de Fiscalização e de Orçamento é superimportante, com a Assessoria Técnica aqui, a gente trabalhar com o Marco Fiscal de Médio Prazo e o Marco Orçamentário de Médio Prazo. É superimportante em função dos desafios que Mato Grosso terá logo aí, mais adiante, e falo da reforma tributária. Mas no final a gente vai falar um pouquinho só, muito rapidamente disso, porque esse é um trabalho de fôlego que a gente está sendo lá assessorado, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que me parece, eu tenho absoluta convicção, Deputado Avallone, que a Assembleia também deve fazer parte e contribuir nesse trabalho da implementação dessas metodologias, do Marco Fiscal de Médio Prazo e consequentemente do Marco Orçamentário de Médio Prazo, que nos faz olhar claramente três, quatro anos adiante de modo muito objetivo e não tão filosófico como é hoje, infelizmente, as peças plurianuais.

Bom, a gente sempre pode parecer chover no molhado, mas é importante que a gente saiba de onde nós partimos, de onde esse governo partiu, né, Deputado Botelho? O Deputado Botelho estava lá, assim como o Deputado Avallone, desde o primeiro dia; Deputado Diego, o senhor ainda estava na Câmara de Vereadores de Cuiabá, mas acompanhava a agonia que nós tínhamos ali em janeiro de 2019. De fato, a gente vivia um grande caos fiscal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Ali eu trago algumas matérias: “crise faz Estado mandar viaturas da PM abastecerem só com o etanol”, “repasses atrasados da saúde para os municípios, 134 milhões”, o que hoje parece... 134 milhões, hoje os repasses que a gente faz mensalmente, a gente repassa pelo menos o triplo disso para os municípios de modo voluntário; “Governo de Mato Grosso anuncia escalonamento de salário”, porque não tinha recurso, “acionamento de combustíveis”, “suspende parcialmente viagens”, “atraso de repasse de duodécimo”. Deputado Botelho, naquele momento tinha mais de 400 milhões de duodécimos atrasados desde 2016, 2017, isso de modo acumulado, e nós tivemos uma decisão, inclusive do Supremo Tribunal Federal, da Rosa Weber, mandando bloquear recursos do Estado para repassar duodécimos à Defensoria Pública. Porque de fato era o órgão autônomo que mais se ressentia orçamentariamente naquele momento, que não tinha fôlego orçamentário, financeiro, para poder suportar um atraso, e consequentemente eles tiveram que...

Então nós precisamos saber de onde nós partimos, qual era o quadro fiscal que foi o início dessa trajetória.

Isso nos fez ter a necessidade de criar metas fiscais de médio e de longo prazo, e uma âncora fiscal que nós temos neste governo, e isso está, tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, que foi aprovada, lá em 2019, a Lei Complementar nº 614/2019, naquele janeiro de 2019, superimportante para Mato Grosso, em que a Assembleia Legislativa, junto com o Poder Executivo, numa concertação, num pacto por Mato Grosso, como foi à época descrito pelo governador Mauro e pelo Presidente Botelho, à época, aprovaram leis importantíssimas.

Se nós estamos hoje aqui falando de orçamento, de sobras orçamentárias, de sobras financeiras, é porque nós tivemos, lá em janeiro de 2019, um conjunto de cinco leis aprovadas, entre elas, eu reputo, a mais importante, a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual, em que a gente aplicou a Lei de Responsabilidade Fiscal e customizamos, adaptamos para a realidade das receitas e das despesas mato-grossenses e criamos um indicador que a gente tem que perseguir anualmente, que é a capacidade de pagamento A.

E para a gente ter capacidade de pagamento A, todos os anos temos que perseguir, nós temos que ter aqueles três indicadores ali. Todos os servidores fazendários da nossa Secretaria de Fazenda, eles já sabem exatamente qual é a nossa macrometa na Sefaz: atender o nível de endividamento, da dívida consolidada, atender o nível de poupança corrente para que a gente obtenha lá a capacidade de pagamento A de acordo com o Tesouro Nacional, e a liquidez relativa.

Então, esses três indicadores... e lembrando que Mato Grosso era Capag C. Nós não tínhamos capacidade de pagamento de acordo com o Tesouro Nacional, lá no início de 2019. Então a trajetória toda foi recuperar a capacidade de pagamento para aí, sim, a gente conseguir fazer investimento. Então, os dois grandes pilares são: gerar credibilidade e garantir sustentabilidade fiscal.

E nós tivemos aí...

Agora eu vou mostrar a trajetória fiscal dos três indicadores, o Endividamento, onde a gente estava lá em 2018 e para onde a gente veio em relação à Receita Corrente Líquida. Então, isso aí é dívida consolidada por Receita Corrente Líquida, dívida consolidada bruta, claro.

Nós tínhamos lá, em relação à Receita Corrente Líquida, 45% de dívida, lá em 2018; nós caímos hoje para 13%, é a menor dívida relativa do Brasil em relação à Receita Corrente Líquida. Nós não temos um nível de endividamento alto, e isso é uma trajetória que nós fizemos de lá para cá, teve um sacrifício, sim, nos anos de 2019 e 2020, em função inclusive da pandemia, mas ao longo do tempo, a trajetória permitiu que nós tivéssemos ali, até 2023, decrescente.

E com a recuperação da nossa capacidade de pagamento - obviamente né, professor Vivaldo? -, nós conseguimos ir a mercado e conseguir excelentes operações de crédito. E aí eu cito

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

pelo menos três operações de crédito que foram as que a gente fez, que foram as duas do Banco Mundial. Nós tivemos aqui aprovados por esta Casa dois financiamentos com o Banco Mundial, a juros de 3,5% ao ano, em dólar.

Nós falamos hoje que se uma empresa vai buscar recursos em dólar, ela não faz por menos de 7%. E o Estado de Mato Grosso captou a 3,5%, porque nós temos capacidade de pagamento A para obter a garantia do Tesouro Nacional, a garantia soberana do Tesouro Nacional. Nós pegamos dois financiamentos importantíssimos, um para a educação, de 1 bilhão de reais, que os embolsos vão acontecer nos próximos anos e já começou.

E, Deputado Botelho, foi muito importante, inclusive, a participação de Vossa Excelência nesse tema, junto com o governador Mauro, na aprovação da lei aqui, que foi fazer o primeiro, e isso é importante dizer, o primeiro financiamento voltado exclusivamente para a agricultura familiar. Nunca antes se tinha pego recurso para... se pega recurso para fazer ponte, fazer estrada, nós nunca tínhamos pego recursos públicos para pagar com o Tesouro do Estado, quer dizer, não com as fontes vinculadas, pagar com o Tesouro do Estado para investir em educação, que geralmente fica com seus 25%, e em agricultura familiar. E nós temos 500 milhões de reais para investir em agricultura familiar, dentro de um projeto muito bem elaborado, o Vivaldo sabe como são os projetos assessorados pelo Banco Mundial para investir em agricultura familiar.

E eu tenho certeza, Deputado Botelho, que a sua preocupação em relação à agricultura familiar, nós partimos já de um ponto em relação à infraestrutura muito melhor que estamos hoje, tanto a infraestrutura no campo, quanto equipamentos para os agricultores familiares. Mas agora vem a parte mais importante, que é a capacitação técnica, a gente conseguir ter os produtos sendo vocacionados para cada região e fazer com que esses produtos cheguem à mesa das pessoas, os mato-grossenses, gerando renda para quem é pequeno produtor. Então esses dois financiamentos importantíssimos foram possíveis e aí aumentou o nosso endividamento.

E o terceiro foi um com o Banco do Brasil, também de 1,5 bilhão de reais, extremamente importante para que a gente conseguisse... e a gente sabe, a gente fala aqui que... relativiza um pouco o gasto em estrada, mas nós temos 32 mil quilômetros de estradas estaduais não pavimentadas no estado, estradas estaduais; pavimentadas, apenas seis mil em 2019. Nós estamos fazendo mil quilômetros por ano, nós temos 7 mil quilômetros novos, até o final do governo, pavimentados, vamos terminar com 13 mil quilômetros pavimentados, ainda vão sobrar quase 20 mil sem pavimentar.

Vai falar para uma pessoa que tem que andar de um município até outro, às vezes doente, para ir num hospital, que não é importante ter estrada pavimentada! Então, assim, a gente não pode relativizar, é um déficit de infraestrutura importantíssimo.

E estrada também é social, é importante dizer isso. Vai dizer para quem mora... e eu já morei em Mirassol d'Oeste, em 1977, quando cheguei lá com um ano de idade, nós vamos ter asfalto só em 1983, eu sei muito bem o que é morar numa cidade e andar o dia inteiro para chegar numa outra cidade de 80 quilômetros de distância, que é a cidade de Cáceres.

Então, quem mora na capital talvez não valorize, mas é extremamente importante e isso é, sim, investimento no social, porque emancipa a vida das pessoas, facilita com que elas se locomovam. E mais importante do que isso, leva desenvolvimento econômico. Aí nós temos os economistas para dizer o quanto um quilômetro de asfalto converte em desenvolvimento, em geração de renda e de faturamento, sobretudo no campo, isso obviamente invade as cidades também.

A poupança corrente, o indicador, nós gastávamos com despesas correntes do Estado, quer dizer, não sobrava dinheiro para investir. Lá, em 2018, você gastava quase 97% com

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

salários e com manutenção, com custeio, sobravam apenas 3% para investir de receitas correntes, de receitas arrecadadas pelo Poder Executivo, no caso, pelo Tesouro do Estado.

Então, qual que é o trabalho da poupança corrente ali? Para mim é o principal indicador, é aquele em que você mede como que você está gastando o dinheiro, se você está gastando exclusivamente numa área só e desatendendo outra, nesse caso aí nós não tínhamos. Olhando para esse indicador, ele diz o seguinte: Mato Grosso, em 2018, tinha só 3,37% para investir.

Agora, nós temos, Deputado Wilson, em 2025, por exemplo, a projeção é quase 19%, quase 19%, aproximadamente, 19% para investir, para continuar fazendo mil quilômetros de estrada, para continuar fazendo os hospitais e concluir os quatro hospitais regionais que estão sendo construídos, para continuar fazendo as escolas estaduais, que são essas escolas integradas que estão sendo feitas e serão, todas elas, cívico-militares, serão em torno de cinquenta no próximo ciclo.

É para isso, é para voltar o orçamento para a mulher, voltar o orçamento para quem vive no interior, voltar o orçamento para quem vive na capital. Se o Estado tem condições de fazer infraestrutura aqui em Cuiabá, hoje, é porque nós temos uma poupança corrente que nos permite fazer.

Para mim, esse é o grande indicador que nós deveríamos colocar no site da Assembleia Legislativa, como a gente tem no site da Secretaria de Fazenda, e ser a grande bússola que a imprensa também deveria nos perguntar toda vez que for dada uma entrevista, é como que está a nossa poupança corrente, para saber qual é a capacidade de investimento do Estado de Mato Grosso. Lembrando que a nossa meta é sempre estar abaixo de 85%, porque Estado que se encontra acima de 85%, ele não é mais Capag A, ele já pula para Capag B, e se ele deteriora acima de 95%, ele já é Capag C, e aí ele já não tem mais garantia do Tesouro Nacional e não tem mais capacidade de pagamento. E nessa hipótese nós não teríamos feito os dois financiamentos que nós fizemos com a autorização desta Casa: para a agricultura familiar, com o Banco Mundial, e para a educação.

É extremamente importante a gente perseguir esse indicador e essa meta.

O último é de liquidez, é aquilo que tem no caixa no final do dia, é isso. Lá faltava dinheiro, nós tínhamos mais despesa na boca da Tesouraria, lembrando lá, são os boletos que estão na mesa, você tem aqui uma pilha de boleto e tem o dinheiro que está entrando, lá faltavam em torno de 10% de tudo o que se arrecadava, da Receita Corrente Líquida, faltava para pagar tudo aquilo que estava na mesa do tesoureiro da Secretaria da Fazenda. Então, quer dizer, imagina o desespero.

Aí, vocês lembram aquele primeiro *slide*? O caos fiscal, falta dinheiro para viatura da polícia, para pagar locação, para pagar funcionário público, para dar aumento, não tinha absolutamente... por isso que não tinha RGA, naqueles três anos, 2019, 2020 e 2021, que o Estado de fato estava em recuperação.

Traduzindo tudo o que a gente falou, são gráficos que são opostos. À medida que a poupança corrente caiu, o que aconteceu com os investimentos, lembra? A poupança corrente veio para a direção de 80%, e nós tivemos consequentemente o quê? Aumento dos investimentos. São os dois grandes gráficos, é poupança corrente, *vis-à-vis* com investimentos. E é isso.

E neste ponto aqui eu quero registrar: é investimento empenhado com recurso próprio, é Fonte 100. Quer dizer - e eu vou mostrar mais adiante um pouco -, Mato Grosso é o Estado que mais investe com recursos próprios, que não é recurso de operação de crédito. Eu não estou buscando para poder investir, eu estou investindo com recursos que são de todos nós cidadãos mato-grossenses. Por isso que poupança corrente e investimento são dois grandes indicadores que tem que estar na nossa cabeça, tanto de todos os setores que monitoram e acompanham a vida orçamentária e a vida do Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Aqui, eu trago esse gráfico, porque eu gosto muito de comparar: onde a gente está? Não é porque falam assim: “Olha, eu sou bom nisso”... “mas espera aí, como estão os outros, os demais Estados?” Então aqui também isso é muito importante para nós, Mato Grosso está ali no geral, no *ranking* geral, em terceiro no Brasil dos Estados que mais investem. E eu estou falando de 2024 fechado, investimento empenhado.

Porém, Deputado Wilson, Deputado Avallone, se nós excluirmos as operações de crédito que sustentaram o investimento de Alagoas e do Piauí, que tiveram operações de crédito, quer dizer, eles buscaram financiamento em banco. Olha isso, quando você exclui isso, Mato Grosso é o Estado que mais investiu no Brasil. E quem está junto conosco, que tem boa saúde fiscal, historicamente? O Estado do Espírito Santo, são os dois principais Estados.

Hoje a gente tem o orgulho de competir em investimento, esse é o nosso orgulho, não é o orgulho de ficar olhando em que ponto a gente está lá em relação à poupança corrente, a dívida, ficar gerindo o caos. Hoje a gente não gere mais o caos, hoje a gente gere uma pauta, como foi ótima a nossa conversa aqui até agora, nosso debate superdemocrático. É dinheiro para a Defensoria, quer dizer, ter condição de apoiar a Defensoria, ter condição de apoiar o Abrigo Bom Jesus, ter condição de apoiar as pautas do Deputado Wilson na saúde mental, como assim também do Deputado Avallone, a agricultura familiar.

É exatamente isso, gente, esse é o debate orçamentário, não é debater o caos! É por isso que disciplina fiscal é importante, senão o debate aqui... eu lembro dos debates em 2019, gente, eu vivi 2018, 2019, eu estava aqui, todos se lembram, era discussão com todos os setores! Quer dizer, nós não tínhamos uma agenda positiva, a agenda do governo era uma agenda de gerir sempre o caos. Então, a disciplina fiscal elimina o caos de nossas vidas.

Nós passamos a gerir uma agenda proativa, uma agenda voltada para políticas públicas reais voltadas ao cidadão, à melhoria da condição de vida, de qualidade de vida. É para isso que existe o Estado, o Estado não existe para dar problema, porque quando você tem financiamento, déficit de financiamento, como a gente tinha no início de 2018, 2019... e se nós estivessemos até hoje nessa condição, nós não estaríamos falando de investimento, a pauta que estaria colocada aqui, como está colocada em outros Estados, é aumentar a alíquota de imposto, era isso.

Nós tivemos um debate um ano atrás, não sei se vocês se recordam, Estados aumentando a alíquota do ICMS para 23%. O Maranhão hoje tem a maior alíquota de ICMS do Brasil, 23%; São Paulo aumentou para 18%, nós temos Estados que aumentaram para 23%, 22%, 21%, Mato Grosso está em 17%, é a menor alíquota do Brasil.

Então, são escolhas, o governador Mauro escolheu fazer gestão fiscal para depois a gente ter recursos e distribuir para a sociedade dentro do que o Parlamento efetivamente decidir.

Então, a agenda da gestão fiscal... eu costumo dizer quando converso com prefeitos que são de primeira viagem, às vezes, a primeira experiência: cuide do caixa. Cuidou do caixa, você vai conseguir fazer política pública. E não se preocupem com reeleição, a reeleição é simplesmente uma consequência da sua boa gestão fiscal e da boa aplicação dos recursos que necessariamente vão sobrar, Diego. Sobram recursos, Diego, não tenha dúvida, você vai gerir Guarantã do Norte com os recursos que são escassos, mas se você fizer gestão fiscal, se você tiver um indicador de poupança corrente lá em 85%, vai sobrar 15% para investir.

O problema hoje é que, infelizmente, a gestão fiscal tem sido, infelizmente, por uma avaliação, em minha visão, equivocada de setores do governo nacional, sendo demonizada, e isso, de fato, não é bom.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

As medidas de ajuste, eu não quero repetir aqui, mas nós saímos lá de uma Capag C e chegamos à Capag A, ali tem uma memória do que foi feito, essa é uma ajuda memória, ano a ano, de tudo o que a gente fez para poder atingir a capacidade de pagamento “A” para sobrar dinheiro para investir.

Aqui, a disciplina, isso o que eu acabei de falar. A disciplina fiscal não antagoniza com o investimento no social. São coisas, dimensões que estão associadas - entende, Márcia? -, se não tem disciplina fiscal, você não tem como ter recurso para apoiar nenhuma política, inclusive e desgraçadamente, as sociais, que são as que mais sentem no início. Se não tiver recurso para o Abrigo Bom Jesus, o que acontece? Você vai fechar as portas, você vai atingir as pessoas que mais precisam.

Significa dizer o quê? Olha os indicadores de Mato Grosso, nós assumimos, lá no início de 2019, e nós estamos em 20% de pobreza em Mato Grosso. Sabe para quanto nós trouxemos Mato Grosso? Para 15%. É ruim? É ruim ainda. Não é bom. Nós não temos que nos orgulhar disso. Nós temos que nos orgulhar de que a trajetória é descendente, nós estamos trabalhando para conseguir diminuir a pobreza em Mato Grosso.

Agora, obviamente, teve um intervalo na pandemia, vocês observam o que aconteceu com o Brasil. A média do Brasil é em torno de 23% a 24% de pobreza. Mato Grosso está chegando a 15%, e nós saímos de 22%, nós saímos quase da média nacional e estamos hoje muito abaixo da média nacional.

Então investir em hospital, investir em estrada... você gera emprego quando você investe em estrada. O Deputado Botelho sabe, ele é engenheiro, é do setor de construção, um setor que emprega muito, então pessoas que estavam desempregadas passam a estar empregadas e a sair da zona de pobreza.

Recursos que saíram dos programas, do Ser Família Habitação, nós tivemos aqui uma redução grande em complementação ao país. “Ah, mas caiu porque tem política nacional!” Olha onde está a política nacional: abaixo de 25%. E nós estamos ali pelo menos sete pontos abaixo do que é a média nacional hoje.

Então significa dizer que o governador Mauro Mendes e o governador Otaviano Pivetta fazem política social, sim! Temos que parar de falar isso, porque números e indicadores são claros. Você fazer recortes pequenos é injusto. Você tem que olhar como política e como bom formulador de política, você tem que olhar o conjunto da sociedade. No conjunto, nós estamos melhorando. Temos que melhorar mais? Óbvio, e vamos melhorar. Precisamos seguir com disciplina fiscal, fazendo aquilo que precisa ser feito para conseguir chegar e eliminar aqueles indicadores.

Aí vamos nacionalmente, aí é comparando com o Brasil. Agora vamos comparar onde nós estamos no Brasil. Olha lá quem está junto conosco, ó, nós estamos em terceiro com taxa de pobreza. Que modelo de desenvolvimento a gente quer? O modelo do lado esquerdo ou o modelo do lado direito? Pega a poupança corrente dos últimos Estados ali. Lembra do que eu falei agora há pouco, o que que é poupança corrente? Poupança corrente é deixar o dinheiro num caixa só, gastando com despesa do próprio Estado. Quer dizer, é o Estado gastando consigo mesmo.

Quando você tem a política lá do oposto, lado esquerdo, que é Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, significa dizer o quê? Que os recursos públicos estão sendo distribuídos, estão sobrando recursos para fazer investimentos.

Que modelo de desenvolvimento a gente quer? O modelo da direita, que está ali, no caso, especificamente, ou o modelo que está colocado, o modelo da direita (RISOS), não para quem está olhando, é o do quadro. Mas qual é o modelo que a gente quer? É esse modelo que está mostrado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

ali, onde Mato Grosso se insere, ou um modelo que está no lado diametralmente oposto? (RISOS)
Esse é o importante.

Veja, gente, olha os Estados, 46%, metade da população em pobreza.

Então, significa dizer que o modelo de desenvolvimento de Mato Grosso, apoiado e fomentado pelo Governo do Estado, produz resultados. Nós estamos conseguindo reduzir a pobreza neste estado; precisamos dizer isso, temos que desmistificar isso. É cansativo ouvir sem rebater, né? E é importante este debate aqui na Casa do Povo.

Mato Grosso faz o dever de casa, está ali demonstrado. Nós temos o terceiro melhor indicador de índice de pobreza do país, e vamos continuar diminuindo, porque nós temos que continuar nessa direção. Isso é um sentimento da sociedade. O conjunto da sociedade tem que olhar para os indicadores e verificar o que nós precisamos fazer num recorte eleitoral para manter...

Veja a média do Brasil, gente: 23,4%. Nós estamos com 13%, 10 pontos a menos. É muita gente! Quando você pega 3,8 milhões de pessoas, vou dizer aqui: se a gente tivesse na média nacional, nós estaríamos 10% acima na população. Gente, são 380 mil pessoas que estariam na pobreza. Nós estamos 10% abaixo, significa dizer que, na média nacional, 380 mil pessoas foram retiradas da pobreza por este governo.

Taxa de extrema pobreza, olha onde nós estamos. A extrema pobreza é aquele que o salário menor que duzentos... não é salário, né? Na verdade, é receita, renda mensal menor que 217 reais, *per capita*. Olha só, o Brasil tem 3,6% da população nesse conjunto, infelizmente.

Mato Grosso está ali, empatado com Mato Grosso do Sul e com Goiás. Nós estamos em terceiro, também, com a menor taxa de extrema pobreza. Nós estamos dois pontos percentuais, professora, abaixo da média nacional.

Significa dizer que, se estivéssemos na média nacional, esses 2%, são 3,8 milhões de habitantes, 76 mil pessoas foram retiradas da extrema pobreza. São indicadores que, comparativamente, devem nos orgulhar, mas devem continuar nos motivando para que a gente chegue ali a zero, que aí seria, obviamente, o grande *benchmarking* de gestão pública, e eu tenho certeza de que, na direção que Mato Grosso caminha, a gente pode reduzir e reduzir ainda mais.

Desigualdade de renda: eu escuto muito isso também, né? É extremamente... nós temos pessoas extremamente ricas em Mato Grosso? Sim, mas quando a gente vai para o Índice de Gini... porque isso é importante, a gente gera emprego com os benefícios fiscais. Quando a gente atrai grandes indústrias para cá, é motivo de orgulho atrair uma grande indústria, a gente tem que celebrar atrair uma grande indústria. Eu estive nos Estados Unidos, dois ou três meses atrás, e em Iowa, eles estendem um tapete vermelho quando chega um investidor que vai gerar emprego de qualidade, que é o emprego industrial, o emprego industrial paga três, quatro vezes mais do que o emprego no comércio. Por quê? Exige mão de obra capacitada. Então nós temos que louvar o benefício fiscal, esse mecanismo que nós temos hoje.

Gente, olhe, grave aí: dia 9 de dezembro de 2025, nós estamos falando aqui de renúncia fiscal. Nós temos um instrumento em Mato Grosso hoje, ele foi potencializado pelo governador Mauro, com a ajuda desta Assembleia Legislativa, com a Lei Complementar nº 631, mas foi criado lá no governador Dante de Oliveira; depois teve uma primeira reforma, lá com o governador Blairo, em 2003, que é o Programa de Desenvolvimento Industrial. Guardem essa sigla, nós vamos sentir saudade dessa sigla. Posso repetir aqui? Prodeic, Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso. Escrevam. A reforma tributária tirou isso de nós. A reforma tributária, aprovada por este governo nacional, tirou essa ferramenta dos Estados de desenvolvimento regional. Nós ficamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

sem, vai desaparecer o ICMS, e nós não vamos ter mais como dar incentivo para que uma empresa se estabeleça aqui.

Sabe o que foi colocado no lugar? Um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que vem recursos, recursos federais. Então, são 60 bilhões para substituir tudo o que a gente faz hoje em benefício fiscal, vem... a União vai colocar em um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional 60 bilhões por ano.

Pasmem agora! Como que esse dinheiro vai ser distribuído? Por isso que nós vamos sentir saudade do Prodeic. Como esse dinheiro vai ser distribuído, Deputado Botelho? Um, pelo FPE, 70%. Então, vai pegar 42 bilhões, 70% de 60 bilhões, 42 bilhões, e vai distribuir de acordo com o FPE.

Alguém já teve a pachorra de ver como é que o FPE é distribuído? É muito técnico, é o Fundo de Participação dos Estados na receita do Imposto de Renda e do IPI. É PIB *per capita* invertido. Quer dizer, quem tem menor PIB *per capita*, quer dizer, acaba recebendo mais, quem tem maior PIB *per capita* recebe menos.

Então, significa dizer que Mato Grosso tem o terceiro pior FPE do Brasil. Nesse indicador, a gente perde feio, perde de goleada. Aí, os outros 30%, sabe como vão ser distribuídos? Olha que curioso: é um fundo de desenvolvimento regional! Os outros 30%, sabe como vão ser distribuídos? População, população. Aí vão ser 60 bilhões, 30%, 18 bilhões. Mato Grosso tem uma população ainda pequena. Vai ser crescente até 2070, de acordo com o IBGE? Sim, é o único estado que cresce até 2070, mas até lá a gente tem uma longa jornada e desafios imensos para continuar investindo num estado que ainda faltam 20 mil quilômetros de estrada.

Então veja, quando você soma os dois requisitos dos 60 bilhões, sabe quanto virá para Mato Grosso? Um bilhão. Sabe quem recebe menos do que nós? Menos do que nós? Apenas Mato Grosso do Sul, que vai receber 900 milhões.

Sabe quanto vai receber o Estado mais desenvolvido do Brasil? Qual é o Estado mais desenvolvido do Brasil, gente? São Paulo. São Paulo vai receber quatro vezes mais que Mato Grosso, 4 bilhões de reais. Sabe como eles vão usar o dinheiro? Para quitar... e o Rio de Janeiro é a mesma coisa. Sabe como que eles vão... para quitar a dívida deles com a União pelo Propag, cujo veto caiu na semana passada. É um absurdo!

Então nós não vamos ter mais paridade de armas.

Rondônia vai receber 1,7 bilhão. Uma indústria que vem se instalar em Mato Grosso, Rondônia pode fazer uma ligação e falar assim, o governador falar: “Eu tenho condição de te devolver todo o imposto que você vai pagar”. Porque, hoje, Rondônia não tem um grande aglomerado industrial, ela pode devolver todo o IBS que essa empresa vai pagar, “você recolhe e eu te devolvo pelo recurso que eu vou receber”.

Nós não vamos ter paridade de armas para isso. No Centro-Oeste, nós vamos ser o segundo Estado que menos vai receber. O Pará vai receber três vezes mais que nós. O Piauí vai receber 2,5 bilhões. Então nós vamos sentir saudade do Prodeic. “Olha, puxa vida, se nós tivéssemos ainda aquele instrumento em que a gente poderia atrair indústria e melhorar os nossos indicadores, que felicidade!”. Nós perdemos, gente! A reforma tributária, aprovada no final de 2023, eliminou, e nós vamos sentir as consequências, por isso nós temos que nos preparar.

Então, esse indicador significa dizer o seguinte: as indústrias que a gente atrai.... e dos 10 bilhões, 5,5 bilhões é Prodeic, quase 55% é Prodeic, nos ajudam a diminuir desigualdade de renda. Nós somos o terceiro do Brasil em Índice de Gini. Não são dados nossos, são dados nacionais. Isso precisa ser desmistificado também. A gente precisa dizer, é importante que a gente olhe os

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

indicadores para ver onde a gente está. Nós podemos melhorar em desigualdade? Sem dúvida. Podemos melhorar em pobreza? Sem dúvida. Mas Mato Grosso hoje é um Estado cujo governo trabalha para redução forte da pobreza, isso está demonstrado, e para a diminuição de desigualdade de renda nas suas políticas de desenvolvimento.

(PROBLEMA TÉCNICO NA APRESENTAÇÃO DOS SLIDES - FALAS SOBREPOSTAS.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO - Acho que é importante também, os professores aqui sabem muito bem qual é o fluxo de projeção de receita e despesa da LDO e da LOA, mas nós estamos aqui numa audiência pública...

Eu cometi a descortesia de não cumprimentar quem está nos assistindo também pela TV Assembleia. Sintam-se cumprimentados.

Nosso fluxo, como funciona, Deputado Wilson? Lá em fevereiro, os economistas da Secretaria de Fazenda, que não estão aqui, estão representados pelo Ricardo, mas nós temos uma equipe, também chefiada pelo Eliezer, que é egresso... os dois são egressos da Universidade Federal, da nossa gloriosa Universidade Federal de Mato Grosso, eles começam a trabalhar os indicadores e os parâmetros macroeconômicos em fevereiro. Quer dizer, em fevereiro de 2026, eles já começam a trabalhar o cenário de 2027. Aí eles começam a projetar receita e despesa em março, eles consolidam as metas fiscais em maio, encaminham a LDO em maio e fazem ajustes pontuais, lá em julho de 2025.

Então você tem uma tramitação que tem de fato um *delay* de cenário macroeconômico. É aquilo que o Deputado Avallone falou, você tem um descolamento mesmo, natural, entre aquilo que está projetado e eventualmente o que vai acontecer, porque no tempo você tem ali... pelo menos, nós estamos aqui em dezembro, e foram projeções que eles fizeram lá em? Foi a última revisão em julho, então, quer dizer, para que os PTAs fossem efetivamente elaborados.

Então esse *delay* explica, em parte, um pouco o que está colocado no orçamento.

Pode voltar lá, por favor? No restante, vamos lá! Você pode ir passando aí? É melhor. Passa lá, então, por favor.

Qual é a metodologia que é utilizada? Quais são as premissas? Porque o Deputado Wilson disse, como que é? Eu sou o pai da... enfim, depois ele repete. Mas, assim, não é, são visões de como se faz da suplementação.

Eu vou mostrar ali adiante, Deputado, vai ficar claro que nós não abusamos disso.

As premissas e projeções que este governo adota, o governador... profetizei, que o Deputado e prefeito Wilson mencionou agora há pouco, esse governo adota projeções e premissas conservadoras.

Nós tivemos, Vivaldo e professora, no ano passado, nós tivemos uma queda de produtividade por dois fenômenos no ano passado. Um, preço de *commodity*, que caiu de um ano para o outro, de 160 a saca de soja para 110, houve uma redução de faturamento. E o segundo foi clima. Nós tivemos um problema climático, foi uma tempestade perfeita.

Então, quer dizer, isso de algum modo precisa ser sensibilizado, em especial, por exemplo, no Fethab, em que a gente teve... se vocês observarem, o crescimento do Fethab andou de lado. Então, quer dizer, imagina se nós fôssemos continuar otimistas, com o aumento de produção de 10%, 15%, como se vinha, nós tivemos ali uma queda.

Então, a premissa desse governo é conservadora. Outros governos utilizaram outras premissas? É justo, é correto, cada um faz a sua avaliação. Nós não usamos essa avaliação de projeção otimista. Nós somos conservadores, porque nós somos prudentes. É um princípio, né? Eu só vou gastar aquilo que eu acho que no meu orçamento eu posso arrecadar. Aquilo que vier de sobra orçamentária, nós vamos aplicar nas ações que foram devidamente já e previamente aprovadas pela Casa de Leis. O

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

governador não inventa nada onde ele vai gastar, porque ele tem que ter autorização prévia. Se vai fazer estrada e vai colocar sobra de recurso em estrada, o recurso vai ser aplicado em estrada, tanto o que está alocado quanto o que virá em eventual excesso de arrecadação. Quer dizer, as ações orçamentárias estão todas devidamente exploradas e aprovadas pela Casa Legislativa.

Quais são os pilares? Sustentabilidade e responsabilidade fiscal. Essa é a nossa bíblia. De um lado direito está a Lei de Responsabilidade Fiscal federal e do lado esquerdo está a Lei de Responsabilidade Fiscal estadual. São as duas bíblias que a gente tem aqui, respeito e reverência absolutos.

Segundo: a prevenção de cortes e contingenciamento. O próprio Deputado Avallone mencionou o quanto é traumático para um planejamento orçamentário você cortar o orçamento.

Gente, a gente ouve direto a Universidade Federal de Mato Grosso sofrendo. Agora, este ano, agora há pouco. “Olha, a projeção de arrecadação do Governo Federal não performou, consequentemente vai ter que ter um corte de 3%.” Três por cento para a Universidade Federal é entre ela pagar a conta de luz ou não. Então, quer dizer, isso é muito traumático para acontecer lá em outubro, novembro, porque até lá você consegue ir sustentando, o problema se dá exatamente no último trimestre.

Então é melhor você chegar para a Universidade Federal: “Sabe aquele projeto que você me mostrou aquela vez, que é superimportante?” - Às vezes é patrocinado até por um deputado, um deputado federal. - “Sabe aquele? Ó, os recursos estão aqui, estão alocados, você pode fazer aquele projeto”. É questão de visão.

Obviamente, é a política, e quem será eleito é que vai definir, dentro do seu grupo, qual é a visão estratégica.

O nosso líder hoje é prudente e segue esses indicadores de gestão fiscal.

A criação de margens de segurança, nós precisamos ter liquidez, nós vamos ter liquidez. Nós temos que ter no mínimo 5% de liquidez, lembra? Então, para ter liquidez, você tem que ter sobra orçamentária, é isso, o Estado tem que ter.

Imagina se nós não tivéssemos recursos, Vivaldo, será que nós teríamos condições de comprar a BR-163 da Odebrecht? O contrato de concessão? É disso que se trata.

Qualquer empresa hoje que você vai olhar, se você vai comprar ou investir na bolsa, numa empresa, o que que você vai olhar? Se ela tem dinheiro em caixa e se o dinheiro que ela tem é suficiente para pagar dívida, e se ela gera caixa suficiente para isso. Você tem que ter liquidez, porque uma empresa que não tem liquidez, certamente ninguém dá crédito para ela.

Então, se nós não tivéssemos 2 bilhões de reais para chegar e mostrar para o presidente do Tribunal de Contas da União, que manifestou isso, ele disse: “Olha, nós só fomos adiante, porque...”.

Diferentemente da Odebrecht, que, naquele momento, manifestou que não tinha os recursos, o mercado não tinha os recursos – e a Odebrecht, inclusive, salvo engano, em recuperação judicial e não tinha os recursos.

“...nós só estamos conversando com o Governo de Mato Grosso porque ele demonstrou, no seu balanço, dispor dos recursos.”

Então, aí nós tivemos condição de assumir e fazer um investimento que salva, gente... Hoje, em torno de 100 pessoas ainda falecem na BR-163, o nosso objetivo é chegar a entre 50 e 80 acidentes, infelizmente não tem como zerar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Sabemos que a imprudência ainda acaba imperando, isso depende do indivíduo, mas não por falta de infraestrutura. A pista dupla... Antes da pista dupla – e já estamos vendo esses indicadores melhorarem –, faleciam ali em torno de 200 a 220 pessoas por ano na BR-163.

A meta é chegar a 80 pessoas por ano, 50, 80, que seria um indicador considerado razoável, embora saibamos que o ideal seria zero, mas acontece, nós estamos falando de 140, 150 vidas, não vou nem falar do ganho de produtividade, mas vidas.

Quanto vale esse investimento ao longo de 30 anos? Nós estamos falando... Ali 140 pessoas vezes 30, nós estamos falando de 4.200 vidas salvas, famílias preservadas, isso é imensurável.

Se nós não tivéssemos liquidez, margem de segurança, Mato Grosso não podia ter chegado sequer a conversar com a ANTT e com o TCU.

Segundo, a capacidade de pagamento, mantermos a capacidade de pagamento, e, terceiro, a garantia dos investimentos públicos.

Pode passar.

Aqui, onde estamos em relação à questão de alterações orçamentárias? Esse é um trabalho de fôlego, Deputado Avallone e Deputado Botelho.

Precisamos colocar onde nos encontramos em relação ao País, porque, assim, às vezes, falam: “Ah, 20% de alteração orçamentária é muito? É pouco?”, não sei, não sei.

Vamos ver onde nos encontramos e quem está do nosso lado. Se nós estivermos mal acompanhados também... Opa, estou bem nacionalmente, mas quem está do meu lado não é referência, opa, temos que ir para um outro caminho. Assim, são essas questões que nos movem.

Olha só, Mato Grosso, nós temos aqui receita e despesa, a previsão inicial, isso em 2024, e o que foi realizado tanto em receita quanto em despesa, a variação de Mato Grosso em receita foi de 12% em 2024.

O Espírito Santo, que é o campeão em gestão fiscal há 15 anos, administrado por um mesmo grupo, com a mesma filosofia de gestão fiscal e de disciplina fiscal, alterou 17%.

Nós só pegamos, Deputado Wilson, só os estados A, para não falar aqui... Ó, não vou pegar estado B, não. Quero me comparar com os camisa 10 em gestão fiscal do Brasil.

Quando você vai para esse indicador, você está observando ali que, na média, o dos 11 estados com Capag A é 12% e o dos 3 melhores estados é 14%. Mato Grosso está em 12% de projeção de receita.

Aí, quando você vai para a despesa, poderiam perguntar: “mas, Gallo, se tem 39 milhões de despesa, por que está com 42 milhões ali na despesa?”. Aí, é superávit, você está usando o superávit do exercício anterior, aquela liquidez que você acumulou...

(O SR. WILSON SANTOS DIALOGA COM O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...não, ali é tudo, ali é orçamento total. Ali é orçamento total, é orçamento geral.

Então, significa dizer que o que nós estamos falando aqui é: os melhores estados de gestão fiscal do Brasil têm 14% de superávit de arrecadação, de excesso de arrecadação, Mato Grosso tem 12%.

Em despesa, na variação da despesa, 23% é a média. Mato Grosso está exatamente na média, 23%. Olha o Espírito Santo, 26%; olha a Paraíba, 21%. Quando você vai ali, a média dos estados, dos 3 melhores estados, 23%.

Quando você pega todos da seleção, coincidentemente são 11 estados com a Capag A... Quando você pega a seleção dos estados em gestão fiscal, a média é 21%, nós temos 23%, nós estamos na média.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Então, assim, são escolhas que são feitas. Certamente, o diálogo também aconteceu com o Parlamento e, certamente, nós temos lá nesses estados, ao longo dos anos, a manutenção de uma capacidade de investimento em decorrência da liquidez, em decorrência da poupança corrente, o que permite que esse modelo de gestão continue, e é isso que o governador tem dito.

Se o Estado estivesse absolutamente quebrado e não estivesse cumprindo com aquilo que lhe é exigido tanto da classe política quanto, enfim, da sociedade de um modo geral, certamente poderíamos dizer assim: vamos mudar.

É o que o governador vem falando. “Gente, olha, nós somos Capag A há 5 anos. Mato Grosso é recordista em investimentos, quer dizer, significa que a prudência, o conservadorismo que estamos adotando na projeção de receita está nos trazendo para bons indicadores, para bons resultados”, é disso que se trata.

E aí, quando comparamos com os craques, os camisa 10, estados camisa 10 em gestão fiscal, quando você vai fazer esse comparativo, nós estamos exatamente iguais a eles. Então, é disso, é modelo de gestão.

Podemos ter outro modelo? Podemos, mas, assim, o governo vai continuar colocando a sua posição. É legítimo contestar? Óbvio, nós vivemos na democracia, aqui não tem um partido que diz exatamente o que deve ser feito e só vai ser referendado o que vai ser feito, não, é óbvio que o debate é absolutamente legítimo, o que nós estamos trazendo são dados, dados, não é discurso.

Aí, agora, começa a falar da peça orçamentária de 2025 para 2026. Vou antecipar, isso daí já são dados... Quero passar aqui mais rapidamente, Deputado Wilson, Deputado Botelho, para já fazermos... Vou endereçar aqui as respostas, imagino que neste momento seja mais importante.

Pode avançar.

Então, tem 10% ali de aumento de receita total líquida. Aqui, está o orçamento, a proposta toda por categoria econômica e grupo, então grupo 3, grupo 4, grupo 5.

Pode avançar.

A fixação da despesa orçamentária para 2026. Só queria que vocês olhassem ali, direitos da cidadania aumentou 300%. Falam: “Poxa, o que está acontecendo com direito da cidadania?”. Houve o desmembramento, foi aprovado aqui por esta Casa o desmembramento da Secretaria de Segurança Pública da Secretaria de Justiça.

Então, o Sistema Penitenciário saiu da Segurança Pública e veio para a função cidadania, por isso que houve aquela variação ali de 2025 para 2026.

No mais, vocês observam que quase todas as áreas estão contempladas com aumento de previsão orçamentária.

Por favor, próximo.

A fixação da despesa orçamentária por órgãos e Poderes. Aqui, é importante porque colocamos o duodécimo e as receitas próprias e previdenciárias, né, Luziane? Sei que você tem uma reivindicação a respeito desse tema da...

E sempre digo a ela também, Deputado Avallone, que é importante que a Defensoria Pública também detenha receitas próprias, assim como os demais órgãos autônomos acabam tendo.

Então, esse é um debate que a Defensoria trava e é um debate super legítimo; ao lado do duodécimo, ter também ali fonte orçamentária de receitas em decorrência da sua atividade.

E aí percebemos, claramente, que a Defensoria é a única que acaba não tendo ali essas receitas orçamentárias próprias, excluindo as previdenciárias.

Por favor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O demonstrativo por órgão... Nós vamos deixar essa apresentação disponível, não sei como que o Deputado Avallone... Se ele coloca no site ou se distribui em grupos, enfim, não sei como que isso é feito aqui na Casa.

Mas só para dizer que isso aqui é um dado importante. Seduc recuperou a dianteira no orçamento. No ano passado, foi a MTPREV, este ano a Secretaria de Educação detém 300 milhões a mais em orçamento, está em 5 bilhões e 800, sobretudo em função dos recursos do Banco Mundial, que começam a entrar.

Então, além dos 25% que a educação tem, também ali está complementado com recursos do Banco Mundial.

Por favor.

Aqui, são recortes de metas, obviamente, quem melhor para falar sobre isso é o secretário da área finalística, mas aqui só um recorte para dizer que está aumentando os investimentos na educação e as entregas que estão colocadas, são 300 mil uniformes, 300 mil materiais escolares.

No ensino técnico profissionalizante, no novo ensino médio, Deputado Botelho, que é superimportante, para fazer com que os alunos também, em vez de ficar na cultura do bacharelismo, que, hoje, o mercado não requer com a mesma intensidade que já foi no passado... Nós precisamos de profissões técnicas, e o campo e a nossa vocação econômica exigem essas profissões técnicas.

Então, no ensino técnico, nós estamos colocando 113 mil pessoas dentro da Secretaria de Educação para serem devidamente capacitadas no âmbito do novo ensino médio, que tem também esse diálogo com o ensino técnico.

Próximo.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALONE) – Gallo, você já cumpriu 1 hora, agora já tem mais 30 minutos.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...agora vai acabar.

Só queria deixar aqui, também, as ações que estão sendo pensadas ali na Sesp. Ampliar para os municípios apoiados o Vigia Mais MT, mais 10 municípios. Atendimento na violência contra a mulher, também sou pai de uma menina de 7 anos.

Então, é um tema que me comove muito, em que mundo a minha filha, as filhas de todos nós viverão, uma coisa enlouquecedora, ontem ainda um sujeito foi morto depois de colocar uma faca no pescoço de uma ex-companheira, uma coisa brutal.

Isso, assim, é medieval, não sei em que mundo estamos vivendo, óbvio que tem um lado educacional, cultural, mas um lado também de segurança pública, a mão forte do Estado, e ali está bem endereçada essa questão, inclusive com o apoio do orçamento mulher, de que vou falar um pouco mais adiante.

Por favor.

Aqui, esse já é a saúde, Ricardo? Esse é a saúde, acabou ficando... Depois, voltamos a ele... Ah, esse é o da SES. Esse é o da SES.

Na SES, falando com o Mesquita e vou endereçar as perguntas e as colocações dele na hora que estiver respondendo aqui, mas nós temos 4 bilhões e 200 lá previstos, um aumento de 11%. Então, esse já é um orçamento, Mesquita, estrutural, isso é importante dizer.

Os investimentos ali, 17% maiores e todos os investimentos ali.

Vamos lá, vai para o próximo, por favor.

Queria destacar isso aqui, de onde saímos em investimento lá em 2018 para 2019 e onde estamos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Então, assim, o que quero dizer? Nós temos na saúde, hoje, investimentos de 800 milhões de reais, que vão acontecer neste ano. Um pouco ou talvez bastante do que temos de suplementações na saúde são coberturas para investimentos que são sazonais, eles não vão se repetir.

Por exemplo, neste ano, 2025, temos todo o investimento que está sendo feito no Hospital Central, enfim, deve ser, deve não, será inaugurado no dia 19, na próxima sexta-feira.

Então, quer dizer, ali, você está fazendo aportes. Quando estamos falando lá de 5 bilhões e que o déficit é 1,5 bilhão... Dentro desse 1,5 bilhão que vai fechar este ano, há 800 milhões de investimento que não se repetem.

Porque, depois... De fato, o Deputado Avallone tem total razão em dizer que onde vai se estabilizar depois é no custeio, no custeio. Então, assim, essas contas nós estamos fazendo junto com a Secretaria de Saúde, precisamos contar com apoio aqui da Assembleia Legislativa, para que consigamos...

E é um ponto, Deputado Avallone, Deputado Wilson, que nós vamos trabalhar muito fortemente, muito fortemente, que é fazer o quê? Que esses hospitais todos tenham, quando forem entrar em operação, efetivamente, já os seus recursos de custeio assegurados.

Assim como o Hospital Central de Mato Grosso tem, serão 34 milhões todos os meses, vezes 12, nós estamos falando de quase 400 milhões de reais que o Hospital Central custará ao Estado.

Óbvio que há estruturas que serão desligadas para que o Hospital Central seja ativado, você tem alguma substituição ali de despesa, mas você tem uma expansão de despesa sim, por esses hospitais serem novos.

Obviamente, quando você abre a porta de um hospital, você recebe novas demandas, você começa a atender pessoas que estavam na fila e não seriam atendidas.

Então, nós estamos fazendo esse trabalho conjunto com a Secretaria de Estado de Saúde para que tenhamos, para o ciclo de 2027 já, um orçamento da saúde que preveja a operação de todos esses hospitais regionais para darmos segurança.

Se eu fosse, por exemplo, uma organização social que viesse a Mato Grosso, como o Einstein... A organização social do Einstein está vindo, ela veio por quê? Porque Mato Grosso tem uma boa disciplina fiscal.

Porque ela tem recursos, senão não estariam aqui apostando e colocando dinheiro à frente, porque há investimentos que eles fazem para, depois, recuperarem ao longo do tempo.

Então, significa dizer que precisamos olhar para isso também.

Nós estamos investindo 10 vezes mais do que investimos em 2019. Então, uma parte da suplementação é despesa sazonal.

Vamos lá, a próxima.

Aqui, é da Sinfra, enfim, o trecho pavimentado mantido, trecho pavimentado, está previsto em torno de 700 quilômetros e mais 42 obras de arte.

Vamos lá.

A Setasc, que é o social ali, nós estamos falando de 320 milhões no Programa Ser Família, atendimento de 76 mil famílias, qualificação de 17 mil só no programa da Setasc, assistência a 3 mil mulheres.

É uma preocupação também da primeira-dama Virgínia nesse tema da assistência social e endereçando exclusivamente para as mulheres também.

Por favor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Aqui, só queria, como prometi, encerro aqui com mais esse slide e só tem o seguinte, ali com o prazo, é a nossa estratégia fiscal e orçamentária no contexto da reforma. Estamos prevendo 30% de redução de receita em relação ao ICMS a partir de 2033.

Então, significa dizer que... A nossa principal arrecadação, hoje, é o ICMS, se ele desaparece, 30%, o nosso impacto é um impacto muito relevante. Em uma arrecadação de 25 bilhões de ICMS, tirar 30%, estamos falando do impacto de 7,5 bilhões.

Existe uma transição em 50 anos, que vai caindo gradualmente, porém nós precisamos nos preparar para isso e verificar como que nós vamos endereçar essas questões.

Por isso, nós estamos propondo, Deputado Avallone, pela primeira vez aqui, de modo muito objetivo, que estudemos juntos, a Secretaria Adjunta de Orçamento Estadual, a Secretaria do Tesouro do Estado, a Secretaria Adjunta de Contabilidade junto com a Assembleia, com a Comissão de Finanças e Orçamento, para que implementemos, conjuntamente, o marco fiscal, a metodologia de marco fiscal de médio prazo e de marco orçamentário de médio prazo.

Porque aí vamos ter, obviamente, o marco de desempenho, que desdobra em indicadores, uma... Ó, o dinheiro que está indo para a saúde está sendo bem aplicado de tal modo que está reduzindo a fila? Está reduzindo as doenças? Quer dizer, trabalhar com evidências.

Então, nós teríamos ali o marco de desempenho de médio prazo e uma revisão periódica. Se não está funcionando, por que não está funcionando? Então, tem que fazer o que? É mais dinheiro ou, na verdade, é você corrigir a gestão?

Então, isso é extremamente importante ser implementado, nós estamos com uma consultoria contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para implementação e nós queremos fazer junto com esta Casa.

Porque nós precisamos sensibilizar... Sobretudo ali é o seguinte, por que começa no fiscal, por que tudo começa no fiscal? Porque é onde está a receita, é onde virá a receita, que é a premissa da despesa.

Então, nós precisamos saber qual é o cenário de receita dos próximos anos para que possamos sensibilizar as despesas que serão alocadas e aprovadas por esta Casa.

Pode passar.

E aí a gestão fiscal é o que sempre refletimos, o compromisso é responsabilidade fiscal, do lado direito, a LRF Federal; do lado esquerdo, a LRF Estadual; e, com os 3 pilares, solidez fiscal, com poupança corrente abaixo de 85%, sobrando no mínimo 15% para investir, planejamento estratégico, que é o instrumento que acabei de mencionar de médio prazo, e retorno à sociedade.

A sociedade continuar andando por Mato Grosso vendo hospital sendo construído, vendo escola sendo construída, vendo estrada sendo construída, vendo ponte sendo construída, conectando Mato Grosso com o mundo.

E é isso e passo aqui, agora, a responder e você... Já respondi muito das questões, mas anotei tudo aqui conforme foi dito.

As razões econômicas, já mencionei, a questão do porquê está previsto isso.

A questão, também, das alterações orçamentárias. Acho que é importante explicar aqui, também, que nos encontramos... Pelo modelo prudencial que é adotado nas estimativas, encontramos-nos na média nacional em relação aos estados que são Capag A.

E precisamos separar as alterações orçamentárias que são por excesso de arrecadação daquelas que são por superávit, quer dizer, de dinheiro de outros exercícios.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Então, a nossa estimativa é sempre conservadora, algo em torno – e sempre esperamos que isso continue – de 10%, não é mais do que isso. Quando você vai especificamente para cada grupo ali de receita, especificamente nós temos ali uma variação no máximo de 10%.

Aí falam: “Ah, mas por que, então, está gastando mais do que está previsto ali?”. Esse gasto a mais é porque estamos pegando superávit do ano anterior. Só neste ano nós estamos gastando.... Não vou nem falar em gasto, é um investimento. Nós estamos investindo com recursos do exercício anterior algo em torno de 3 bilhões de reais.

O que é extremamente importante, demonstra que o Estado se encontra com as contas saudáveis. Mas nós precisamos separar isso, que é excesso de arrecadação, do que é alteração por superávit, não é excesso de arrecadação.

A nossa estimativa aí é em torno de 10%, é óbvio que o Estado, com caixa, precisa também fazer as suas projeções para gasto no exercício anterior.

Na saúde, Deputado Avallone, mencionei que temos lá essa variação dos 800 milhões de reais. Queria mencionar que também... Acho que o Mesquita trouxe um dado, Mesquita, aquele trabalho do NGER, que é super... Como que é o nome lá do NGER, é o Eugênio ou não? A Claudete fez um trabalho magnífico.

Quero elogiar aqui publicamente o trabalho da Claudete do NGER, do Núcleo de Gestão Estratégica para Resultados, da Saúde. Lá, há um indicador que é muito interessante, gente, até gostaria de ter trazido, mas não deu tempo, senão ia alongar ainda mais.

Mas, Deputado Botelho, antes que o senhor saia daqui, só queria... Olha, esse dado. Em 2018, Mato Grosso recebia... De tudo que tinha na saúde, 17% vinham, olha esse dado, 17% vinham do Governo Federal.

Sabe, hoje, do que Mato Grosso gasta em saúde, não vou falar gasto, investe em saúde, sabe quanto vem do Governo Federal? 7%. Então, significa dizer o quê? Que todo o esforço que está sendo feito na saúde é obra do Estado de Mato Grosso com recursos dos mato-grossenses.

O Governo Federal não está cumprindo o seu papel quando nós estamos falando em ampliar investimentos em saúde, isso precisa ser dito. Se dependesse do Governo Federal, nós não estaríamos construindo nenhum hospital regional.

Se você pega o crescimento lá de 2018 para cá de repasses do Governo Federal para a saúde, é ridículo. Então, hoje a saúde é substancialmente apoiada por recursos próprios do Estado de Mato Grosso.

Nós precisamos sim....

O SR. WILSON SANTOS – Não tem nem emenda dos parlamentares federais?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...nesses 7% estão todos os recursos, são em torno de 500 milhões de reais num orçamento de 5 bilhões, quase 6 bilhões...

O SR. WILSON SANTOS – ...os congressistas são obrigados a colocarem 50% das suas emendas...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...mas é pouco.

O SR. WILSON SANTOS – ...para a saúde. Não está vindo para o Estado?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Está vindo dentro desses 500 milhões.

O SR. WILSON SANTOS – Não, mas para o Estado não vem?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Vem pouco, muito pouco, muito pouco, vai mais para o município.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Então, assim, olha só, de 6 bilhões com que devemos terminar, 5 bilhões e 800, nós estamos falando algo em torno de menos de 500 milhões de reais que vêm do Governo Federal, é muito pouco, gente, é muito pouco por um orçamento que o Ministério da Saúde tem.

Não sei o que está acontecendo em relação ao Governo Federal com Mato Grosso, mas não pode deixar que isso aconteça, será que está acontecendo o mesmo em outros estados? É isso?

É uma pergunta que faço aqui como cidadão, não é justo, o Governo do Estado está fazendo seu papel, está construindo os quatro hospitais, fez o Hospital Central, que é o quinto hospital, mas não é correto o que o Governo Federal está fazendo com a saúde de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Gallo, preciso pedir para você ir um pouquinho mais rápido na resposta, porque preciso abrir para (INAUDÍVEL).

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Tá bom, mas quero deixar esse dado registrado, o Governo Federal virou as costas para a saúde de Mato Grosso.

Enfrentamento à violência e o orçamento mulher. Alinhamento absoluto, Deputado Avallone, em relação a termos marcadores para as mulheres saberem... Porque é transversal. Todas as secretarias acabam tendo investimento que é voltado para a mulher, especialmente as finalísticas, para termos esses marcadores.

O Abrigo Bom Jesus, não precisa dizer, óbvio que nós vamos atender a demanda, e faz um trabalho magnífico. É um problema, Márcia, não tenho dúvida, das novas gerações, porque nós perdemos o bônus demográfico.

O País está envelhecendo, a pirâmide está se invertendo e significa dizer que temos que ter política estruturada para idosos. Esse é, de fato, um endereçamento necessário para os gestores públicos de hoje e de amanhã. E parabéns pelo trabalho do Abrigo Bom Jesus.

O Mesquita, acho que... A questão do quadro de saúde, houve um concurso recentemente, talvez ainda, né, Mesquita, seja necessário fazer outros concursos, não tenha dúvida em relação a isso, mas o papel... Acho que o mais importante aqui é discutir qual é o papel que a Secretaria de Saúde vai desempenhar.

Um modelo... Hoje, nós temos uma descentralização com os hospitais municipais, o Governo repassando para os municípios executarem políticas, sobretudo, de atenção primária e aquela atenção secundária mais básica, de média e baixa complexidade, no município com hospitais municipais e os consórcios intermunicipais assumindo a gestão dos hospitais regionais.

Temos bons exemplos, Wilson, de bons consórcios fazendo...
(INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...enfim, esse é um bom debate a ser feito, mas o que nós temos que fazer... Com organização social, também, fazendo um bom trabalho, e aí fiscalizado.

O papel da Secretaria de Saúde, aí nós vamos conversar e dialogar, é um papel de planejamento, a cabeça tem que estar na Secretaria de Saúde, é de controle, é um papel de avaliação.

E, para isso, nós precisamos de profissionais em todas as áreas, porque fazer a execução direta lá dentro do hospital é muito difícil e é uma experiência que já se demonstrou em larga escala... Isso acaba tendo, de fato, problemas de gestão, então acho que essa discussão do papel da Secretaria de Saúde é superimportante.

Luziane, da Defensoria. Luziane, nós já tivemos um incremento na Defensoria ao longo dos anos. Governador Mauro, governador Otaviano tem apoiado, junto aqui com esta Casa, o Deputado Botelho aí em especial, esse diálogo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Foi o órgão autônomo que mais cresceu o duodécimo, é preciso dizer. Do realizado de 2018 para cá, ela cresceu, a Defensoria cresceu duas vezes o seu orçamento, foi 200%, bem mais do que os demais Poderes.

Porque há um reconhecimento, Botelho, de que a Defensoria, de fato, naquele momento, tinha um déficit acumulado de recursos e isso foi recuperado ao longo do tempo.

Sobre a questão de ser ou não suficiente, é óbvio que estamos num processo, mas preciso dizer que há uma política de reforço e de apoio à Defensoria em curso desde que o governador Mauro assumiu, tanto que foi o órgão que mais cresceu, o poder que mais cresceu o seu orçamento.

Deputado Botelho, acho que já enderecei a pergunta em relação à agricultura familiar.

Botelho, o senhor como um deputado super atuante na agricultura familiar, assim como o Deputado Wilson, quero deixar aqui um convite em relação a um tema que reputo superimportante, e já colocamos isso, Wilson, há uns 3 anos. Infelizmente, a mobilização que foi feita ainda se manifestou insuficiente.

Hoje, os agricultores familiares, o pequeno agricultor vende a sua produção para três compradores: é o comprador público, que é a Secretaria de Educação; é aquela venda direta na feira, que é domingo, geralmente de manhã, é clássico, e o terceiro seriam os supermercados, que é mais organizado.

Qual é a ponta que ainda não conseguimos fechar... Nós aprovamos um benefício fiscal, Wilson, superimportante, porque exoneramos o ICMS na venda do produtor rural. Você produz limões, sei que a sua produção de limão é uma grande produção, uma produção crescente, já é uma commodity de Mato Grosso, importante na exportação do Estado.

Vocês não sabiam, são limões taiti, já está agora no siciliano, ele está diversificando, fazendo novas... (RISOS). O seu limão hoje, se você vender na feira... Obviamente que para escolas você não vai vender, não sei se há essa demanda, ou você venderia para supermercados. Sei que você vende ainda residualmente ali para supermercados.

Mas qual o benefício que nós criamos, Wagner? Nós pegamos um benefício fiscal, e foi criado e outros estados copiaram, você abre a sua inscrição estadual sem nenhuma burocracia como microempreendedor, você vai emitir uma nota fiscal, que é uma nota fiscal eletrônica, você não vai pagar os 17% de imposto que incidiria naquela nota fiscal.

E o supermercado que comprou de você tem o crédito como se aquele imposto de 17% tivesse sido recolhido.

Vamos pensar numa venda de 10 mil reais no mês, teria 1.700 de imposto, certo? Esses mil...

O SR. WILSON SANTOS – O que foi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Estamos rindo de outro assunto (INAUDÍVEL).

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Não, não, tudo bem, só achei... É que esse tema é bastante importante, achei que estivessem falando da agricultura familiar.

Mas, assim, são 1.700 reais, ele não paga os 1.700 reais, que são os 17%, o produtor não paga os 1.700, que hoje seriam os 17%. Só que o supermercado vai compensar, ele vai colocar esse crédito na sua apuração do imposto, ele vai lançar lá como se tivesse sido recolhido.

Então, quer dizer, esse é um fomento fantástico, só que só funciona para o micro produtor rural, é o cara que fatura no máximo, que é o do Pronaf, 420 mil reais no ano, salvo engano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Então, é o pequeno mesmo, é a pequena escala... Não é o seu caso, quero deixar aqui que o faturamento do Wilson, um exportador, é óbvio, está na casa, já beirando o bilhão, né, mas de fato é um super benefício para fecharmos essa última ponta da profissionalização, isso nós precisamos fazer aqui.

Diego... Esse é um ponto importante, Botelho, é uma grande agenda, isso aí até com cooperativas de pequenos produtores é um negócio interessante.

Bom, a Tacin, Diego, nós estamos lá, sobre a mesa, com esse estudo, até falei com o Deputado Dilmar, desculpe não ter te cumprimentado, Dilmar, chegou no meio da apresentação.

Cumprimentar o nosso Líder, nós já dialogamos com ele em relação a esse assunto, com o Deputado Avallone, da importância da Tacin. De fato, não está para 2026. Nós estamos lá para levar isso ao governador, para chamar uma reunião com vocês, para que consigamos, ainda neste ano, endereçar a segurança jurídica.

Tenho certeza de que todos os contribuintes da Tacin, que é a Taxa de Combate a Incêndio, que foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, reclamam.

Então, pode ter certeza de que, daqui para a próxima segunda-feira, nós vamos nos sentar e dialogar sobre esse tema, o Governo já tem ali uma posição que precisa ser validada pelo governador.

A transação tributária é um instituto superimportante, nós começamos a fazê-la em agosto para setembro, nós estamos fazendo apenas um ajuste conceitual em relação à incidência da correção monetária, em quais hipóteses isso ia acontecer.

Então, esse debate... Inclusive, por ICMS, temos que ter o convênio do Confaz; sem o convênio do Confaz, nós teríamos que tirar o ICMS, sem o ICMS não faz sentido, porque a dívida ativa... 95% do que está em dívida ativa, hoje, é ICMS.

Então, aí nós temos uma reverência, porque nós temos que cumprir com o Confaz. E, para fazer isso, nós estamos na etapa final, já para editar o decreto atualizando esse entendimento, para voltar ainda este ano com a transação tributária.

O IPM, assunto importante, nós já temos... A lei foi aprovada em 2022, a lei que... Lembrando, gente, o governador não mexeu com o índice de participação dos municípios; lá nos 25% que são arrecadados do ICMS, que têm que distribuir para os municípios, aí há as regras do que os municípios recebem.

Houve uma emenda constitucional que determinou que tinha que colocar, obrigatoriamente, para a educação 10%. Aí, foi feita uma revisão em 2022 e, parece-me, que neste momento está acontecendo, em função, inclusive, de ser primeiro mandato e primeiro ano de primeiro mandato de muitos prefeitos, uma reivindicação, sobretudo, pelos municípios mais populosos.

Eles estão reivindicando uma sensibilização na fórmula de distribuição... Da saúde, da educação, uma sensibilização por população, quer dizer, você colocar um peso populacional ao que vai ser distribuído de acordo com o resultado, com o mérito.

Esse é um tema de política, discricionário, que tem que ser trazido... Há ali um conteúdo técnico, que podemos assessorar, mas digo que esse é um tema desta Casa.

E, nas emendas à saúde, não tenho dúvida... Conforme o Deputado Avallone falou por último, 139 milhões ainda a empenhar. Desconheço, na saúde, desconheço, Deputado Avallone.

Saindo daqui, vou ligar para a secretária adjunta Ivone e para o secretário Gilberto, porque os recursos estão disponíveis, óbvio, são emendas parlamentares impositivas, o orçamento também está alocado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Então, não é um problema orçamentário e não é um problema financeiro, isso deve acontecer nos próximos dias.

Bom, sem mais, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Bom, vamos lá.

Quero dar oportunidade para as pessoas que estão aqui, também, se manifestarem, por enquanto só tem uma pessoa que pediu para falar, mas queria fazer dois comentários, depois ver se o Dilmar vai querer fazer algum comentário também.

Naquele questionamento...

(O SR. EDUARDO BOTELHO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – ...o Wilson e o Botelho também.

Naquele questionamento que foi feito pela comissão a pedido do Deputado Wilson, que foi a questão da habitação, nós mandamos o ofício dia 16 de julho, vocês responderam no dia 1º de outubro e só o secretário Marcelo Padeiro respondeu.

E o valor que o Marcelo Padeiro colocou aqui é irrisório, então são valores muito pequenos, são valores em torno de 40 milhões de reais, quando o que precisa ser investido pela lei é 500 milhões.

Então, é muito pouco, mas não é a verdade, porque falta a MTPAR e faltam outras coisas, mas se não chegar a informação, é a informação que nós vamos ter aqui.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Posso atualizar, Deputado, neste momento já.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Pode.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Acabei de receber aqui, o valor é próximo de 300 milhões de reais; em 2025, nós vamos chegar próximo de 300 milhões de reais aplicados em habitação.

E essa curva tem que... Concorde com Wilson, nós temos que aumentar e temos déficit populacional...

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Isso, lembrando que o valor...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...(INAUDÍVEL) de 300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – ...pela legislação seriam 500 milhões, então aí você precisa discutir esse assunto.

Vou comentar rapidamente aqui, olha, orçamento. Como o orçamento é conservador, ele atendeu as explicações, comparou com dois estados, comparou com a média da classe A, comparou com tudo aquilo, então fica para mim – e como o orçamento é uma peça que vocês trazem para o Legislativo, não tem histórico de devolver – que é uma política pública definida pelo governador e pelo Executivo, ok, está definido e é desse jeito.

O que nós podemos fazer é controlar mais, então controlar mais seria: não devemos passar dos 10% da autorização, é minha opinião e é a opinião que a Comissão de Orçamento vem falando há 7 anos.

Todos os anos, nós temos pedido para ficar em 10% e está indo para 20% todos os anos, não muda nada aqui nesta Casa. Quando o Governo manda para cá um pedido, nós temos feito em uma semana a resposta, temos dado a resposta em uma semana.

Então, não tem por que ter medo da Assembleia. A Assembleia... E isso é a nossa função, nós é que temos que aprovar o orçamento, nós é que temos que fiscalizar o orçamento.

Se o orçamento vem subestimado pelos motivos colocados aqui e é uma decisão de Governo, nós temos que cumprir a nossa parte, a nossa parte é fiscalizar. Então, acho que nós teríamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

que ficar em 10%, não nos 5% que nós estamos propondo, minha opinião seria em 10%, com mais 10% de mudança lá na LDO, ok.

Sobre a reforma tributária, bem rapidamente, aqui nós temos talvez a pessoa que mais entende de reforma tributária do Brasil, que é o Gallo, e o governador Mauro Mendes, os dois, o Gallo na Fazenda e no Confaz, e o governador nos fóruns de governadores, são as pessoas que mais estão fazendo isso.

Quem está atrasado nisso é os empresários, nós estamos atrasados, eles dão aula para nós. Agora, estou falando como vice-presidente da Federação das Indústrias, e aí quero lembrar o seguinte: quem disse que o que é bom para o Governo é ruim para o empresário? E quem disse que o que é bom para o empresário é ruim para o Governo?

São questionamentos, é bom para o Estado? Sendo bom para o Estado, é bom para a população, é bom para todo mundo.

Está faltando um lado estudar melhor essa história. Por quê? Porque lá atrás, quando o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu a Lei Kandir, ela foi considerada como um desastre, “e vai acabar”, “Mato Grosso acabou”.

Tinha o mesmo fundo, que nunca foi cumprido, nesse ponto o Gallo tem razão, nunca cumpriram o fundo, estão falando que vai dar 1 bilhão para Mato Grosso, vai vir menos, porque não cumprem com esse fundo que vai vir. Mas o Estado explodiu de crescimento.

Então, está faltando uma outra análise, o que vai acontecer com o mercado? O que vai acontecer com a simplificação? O que vai acontecer com as empresas que não vão ter mais problemas como tinham?

Eu sou engenheiro, tenho uma firma de engenharia, tenho 10, 12 engenheiros na minha empresa e tenho muito mais advogado e muito mais contador do que engenheiro, é um absurdo.

E com ele é igual numa empresa de ônibus e com quem estiver fazendo... Empresa, é desse jeito. Se vai acabar isso, vai melhorar demais e nós vamos investir muito mais, esse dinheiro volta para o mercado. E aí o que vai acontecer com isso?

E a reforma tributária está sendo discutida há 40 anos, não foi esse governo que implantou. Esse governo implantou, mas ela é de 40 anos de trabalho, será que foi 40 anos de coisa ruim?

Eu tenho dúvida, não estou questionando o Gallo, porque ele fez a parte dele, ele e o governador, com competência. Ele está mostrando as dificuldades que o Estado vai ter como ente estadual. Agora, nós, empresários, devíamos fazer um estudo muito melhor, muito mais apurado.

Tentei fazer pela Assembleia, consegui alguns estudos, nós contratamos uma consultoria, trouxemos alguns resultados, mas foi muito pouco perto do excelente trabalho que a Secretaria de Fazenda e o governador Mauro Mendes tem feito em colocando... Por isso conseguiu manter o Fethab até 2043, se não fosse esse trabalho não tinha Fethab.

O Fethab também teria ido para o pau agora, já em 2030, 2032 e até antes. Então, isso é um trabalho que ele está fazendo.

Então, estou a todo tempo convocando os empresários, convocando as instituições, as federações para cumprirem a sua parte, e fazerem esse controle, e fazerem essa comparação, tá bom.

Bom, eram esses os comentários que queria fazer.

Queria ver quais foram as inscrições, vou passar... O Botelho está ansioso ali para fazer o comentário. Vamos lá, Botelho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O SR. EDUARDO BOTELHO – Bom, só parabenizar o Gallo pela exposição, foi muito técnica, muito didática, mostrando toda a sua capacidade de comunicação, mas quero só fazer duas colocações.

Quando fazia engenharia, tinha um professor, Wilson, que tinha uma maneira peculiar de corrigir provas. Ele sempre colocava, em algumas questões, certo, porém errado, e é isso que quero falar para o secretário Gallo.

Se o senhor está certo no orçamento dessa maneira que o senhor fez, correto, porém está errado em pedir 30% de orçamento, uma vez que o orçamento é uma peça do Executivo, mas ela é sobretudo do Parlamento, então nós temos que acompanhar isso passo a passo. E acho a proposta do Avallone muito correta.

E outro ponto é a questão econômica do Estado, sobretudo a questão do emprego. Nós vivemos em pleno emprego, nós vivemos uma questão econômica até equilibrada, mas nós temos um viés que é de diminuição de emprego, sobretudo com as novas tecnologias que estão sendo colocadas no agronegócio, que podem gerar a diminuição de emprego.

Nós temos algo em torno de 30 mil pessoas, mais ou menos, colocadas no mercado de trabalho, as que são criadas aqui, as que vêm de fora, porque está vindo muita gente para cá. Então, isso é algo em torno de 30 mil pessoas que são colocadas disponíveis no mercado de trabalho por ano.

E se nós ficarmos acomodados nesse sistema de exportação que beneficia só os produtores, quem produz para exportação e prejudica o Estado, principalmente agora com a nova reforma tributária, que, além de tudo, incluir a cadeia produtiva nesses benefícios... Aí complicou mais ainda.

E se nós não trabalharmos para verticalizar, para gerar mais emprego e mais renda aqui dentro do Estado, nós vamos, sim, ter um estado com muita perda, porque o futuro vai ser para quem consome, a arrecadação vai ser para quem consome e não para quem produz.

São só essas colocações que queria fazer para o secretário Gallo, mas vou ter que sair também agora, então só agradecer, parabéns, Deputado Carlos Avallone, pela condução da comissão.

Por isso que o senhor já está há 5 anos na Comissão de Orçamento como Presidente, sempre, aliás, não tem nem eleição aqui, ele é sempre colocado, já é o Presidente.

Então, parabéns pela condução.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Obrigado, obrigado.

O SR. EDUARDO BOTELHO – Cumprimentar também o nosso Líder, Dilmar, esqueci, chegou depois, cumprimentar Dilmar.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Ok.

Bom, estou com a inscrição aqui da Adunemat, que é a Thielide, nós vamos ouvir o Wilson e aí passo para ela, depois o Wagner.

(O SR. WILSON SANTOS DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) –Então, passo para Thielide, por favor, para falar.

A SR.^a THIELIDE PAVANELLI – Olá, bom dia.

Sou Thielide, sou professora da Unemat do Campus de Sinop, sou vice-presidente da Associação dos Docentes da Unemat e gostaria que o secretário falasse um pouco sobre o concurso para Unemat.

Nós estamos sem concurso há mais de 10 anos...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM A SR.^a THIELIDE PAVANELLI.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

A SR.^a THIELIDE PAVANELLI – ...sim.

Nós estamos há mais de 10 anos sem concurso, com cerca de quase 60% de professores contratados. Nós temos Campus da Unemat que não tem um único professor efetivo da área.

Por exemplo, em Nova Xavantina, no curso de engenharia, temos um único engenheiro, que foi de Sinop para Nova Xavantina, porque lá não tinha nenhum professor efetivo engenheiro.

E sabemos que, para a universidade funcionar, a universidade não é só aula, universidade é ensino, pesquisa e extensão, precisa de professores concursados e está previsto na LDO.

Então, gostaria que o secretário falasse um pouco sobre a efetivação dessa previsão. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Vou escutar, também, o Wagner, depois você responde as duas, tá bom, ok.

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA – Bom, bom dia a todos e a todas...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA.)

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA – ...cadê, na cadeira aqui, mudou, estou aqui sendo visto, está certo.

Bom, bom dia a todos e a todas. Mais uma vez, satisfação de ver o nosso amigo Capistrano, nosso colega analista aqui da Secretaria de Fazenda, que tem dado suporte ao secretário Gallo.

E cumprimentá-lo aqui em nome de todos os Deputados, Avallone, Deputado Wilson, Deputado Dilmar e vossa excelência, secretário Gallo, a quem tenho muita estima e respeito pelo conhecimento técnico que o senhor demonstra sempre, deixa todo mundo meio enalacrado, sem saída do que falar, mas temos muito o que dizer.

E quero aqui apontar gargalos, gargalos de bilhões, e que precisamos discuti-los. Precisamos discutir na Comissão de Orçamento e Fiscalização, Deputado Avallone, a dívida ativa. É preciso debruçar sobre o relatório do Tribunal de Contas que apontou que 1,3 bilhão da dívida ativa vem prescrevendo.

Esse é um dinheiro fundamental para aplicação nas políticas públicas, nos concursos, na reposição inflacionária, 1,3 bilhão, não é 2, nem 10, nem 100, são 1,3 bilhão de dívida prescrita.

É preciso que observemos isso, inclusive saber quem são, quais são as empresas que tiveram dívidas de dezenas de bilhões prescritas e a razão dessa prescrição, inclusive fazer um cruzamento de dados com doações eleitorais para ver se há algum tipo de coincidência.

Queria dizer que nós também temos uma discussão, e vejo muito indicadores, e gosto quando observo isso, porque somos de uma carreira muito técnica, Deputado Wilson, e temos buscado fazer um sindicalismo, também, muito técnico desde que nós assumimos, contratamos consultorias, inclusive de próprios colegas da carreira, para destrinchar certos dados.

E os dados da renúncia fiscal nos preocupa muito, porque, diferentemente de todas as outras políticas, das quais existem indicadores, nós temos pouquíssimos indicadores sobre a renúncia fiscal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

E nós estamos falando de uma renúncia, no ano passado, de 15 bilhões, ou seja, quase mais da metade do orçamento do Estado de Mato Grosso em renúncia fiscal, hoje expostos no site da Secretaria de Fazenda.

Mas é preciso de indicadores, qual a empregabilidade, qual o aumento de produtividade dessas empresas que detêm renúncia fiscal, qual é o tipo de política para os seus trabalhadores que foi melhorada a partir das renúncias fiscais, aumento do PLR, de algum tipo de plano de saúde, plano odontológico para o trabalhador dessa indústria, dessa empresa, desse segmento que teve renúncia fiscal na casa de 15 bilhões de reais.

Nós precisamos fazer uma outra fala também, pegando um gancho na sua fala, Thielide, que é concurso público. Pela primeira vez na história, nós temos mais contratados e comissionados do que servidores de carreira.

Isso a princípio parece economicidade, mas, quando se observa sob o prisma da Previdência, isso vai ser um peso muito grande a longo prazo para o Estado de Mato Grosso, se não começarmos a corrigir, urgentemente, os rumos dessa política de não fazer concurso público.

Minha carreira tem um déficit de mais de 700 profissionais, sejam economistas como o Capistrano, sejam profissionais de TI.

Com esse processo de transformação digital, precisamos muito desse profissional de carreira, porque são dados sensíveis, são dados estratégicos, não podem estar expostos, nem com acesso ilimitado por qualquer servidor terceirizado.

Então, é muito importante e aí sob o prisma da Previdência.

Queria fazer uma outra fala, os 4,5% previstos de reposição inflacionária para o ano de 2026 é ínfimo, perto das nossas perdas. E aí fico na dúvida se é uma política, também, inteligente não repor perdas inflacionárias.

E aí vou dizer o porquê, se nós temos uma perda de cerca de 20% ao mês numa folha de cerca de 800 milhões de reais, nós temos cerca de 160 milhões de reais que estão deixando de ir diretamente para o comércio.

Se comércio é ICMS, é arrecadação de ICMS, nós estamos deixando de implementar no comércio cerca de 1 bilhão e 900 milhões de reais com o não pagamento da reposição inflacionária dessas perdas acumuladas, que somam 19,53%.

Se o consumo, se o ICMS é medido nesses próximos 10 anos para fins daquele recebimento de recursos com a reforma tributária, não é? Não é uma média feita da arrecadação do Estado.

Então, se estou perdendo 1,9 bilhão de recurso para o comércio, de recurso para o setor de turismo interno, de recurso para o setor de indústria interna, estou perdendo a arrecadação de ICMS, porque cada real de RGA volta pelo menos 1,5, 1,8 de arrecadação de ICMS para o Estado de Mato Grosso.

Então, também penso que, frente à reforma tributária, não me parece uma política inteligente. Nós precisamos aumentar o que está previsto na LOA atual de 4,50 e poucos por cento, porque a perda é muito grande.

E a perda advém do governo Mauro, 2020/2021, 2021/2022, por conta da Lei Complementar nº 173, nós temos uma perda de mais de 10%; e, em 2022/2023, a inflação ficou em 10%, quase 11% e o Governo deu 7%.

Qual foi o índice aplicado? Não se explicou qual o índice aplicado, porque o IPCA e o NPC foram quase 11%. Então, esses 4%, quase 5% é uma perda que poderíamos repor agora, nessa próxima folha, nesse próximo ano agora.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Queria fazer uma outra provocação para finalizar, para encerrar a minha fala. Pelo terceiro ano consecutivo, a Secretaria de Fazenda, o Governo do Estado teve a nota Capag A pelo STN, a classificação Capag A+ pelo STN.

E isso é o resultado, de forma inegável, da nossa categoria, de um trabalho expressivo da nossa categoria, de profissionais da área meio, de economistas, de técnicos, de contadores.

Entretanto, secretário, na Sefaz, nós fomos a única carreira... Nós temos cerca de 300 profissionais na Secretaria de Estado de Fazenda, muitos assessorando vossa excelência, e foi a única carreira que não teve nenhum tipo de reconhecimento pelos trabalhos prestados.

Nós tivemos um aumento de mais de 10 mil reais para os agentes fazendários. Nós tivemos a transformação...

(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA.)

O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA – ...aumento, não, aumento real.

Nós tivemos uma transformação de ATE para FTE, que incluiu inclusive os seus aposentados com aumento real, inclusive de mais de 20 mil reais, e a nossa carreira não teve o mesmo tratamento isonômico por parte da Secretaria de Fazenda.

Por isso, vim aqui, secretário Gallo, pedir para o senhor uma intervenção junto à secretaria, do senhor também, Deputado Wilson, Deputado Avallone, para que possamos nos sentar enquanto sindicato com vossa excelência para discutirmos os planos que nós apresentamos para a Secretaria de Fazenda.

Por fim, vou dizer de onde nós podemos tirar, já falei da dívida ativa, já falei da dívida pública, que nós podíamos, aliás, da renúncia fiscal, nós podíamos cortar ali 20% que os empresários nem iriam sentir e não fugiriam de Mato Grosso, tenho certeza disso, porque nossas terras são muito produtivas.

Mas queria também falar de uma campanha nacional contra os supersalários. Porque, quando se fala de serviço público, se pensa em supersalários, mas supersalários são só de 1% dos servidores de todos os Poderes.

E nós não podemos ser confundidos com quem detém supersalários, quem detém privilégios, inclusive inconstitucionais, e nós passaremos, a partir de agora, a denunciá-los publicamente.

Inclusive, entrar com ações de inconstitucionalidade contra privilégios de várias categorias que estão se beneficiando, enquanto temos ficados à míngua, sem reposição inflacionária e, principalmente a minha carreira, sem reconhecimento da Secretaria de Fazenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Obrigado, Wagner.

Quero só, antes de passar para o... Acho que o Wilson vai falar agora, queria fazer um comentário. Wagner, renúncia fiscal, nós tínhamos parado de falar disso, desse assunto, faz dois anos que esse assunto não entra na pauta.

E ele não entra na pauta porque fiz um desafio aos sindicatos para sentar comigo e discutir. Por que puxo para mim isso? Porque fui eu que mais criei incentivo fiscal no Estado de Mato Grosso. Ao seu lado está a professora Rosângela, que me ajudou em tudo isso.

E tenho convicção e provo para vocês que incentivo fiscal não é tirar dinheiro da educação e da saúde e pôr para empresário, é justamente ao contrário, justamente ao contrário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

E desses incentivos, 15 bilhões que o senhor colocou, Wagner, a maioria deles você concorda, a maioria deles você concorda, e vou citar, da cesta básica, alguém discorda? Da energia elétrica, alguém discorda?

E sabe por que ele está transparente? Não só pela competência da secretaria, mas por pedido meu, que levei propostas, nós levamos propostas para mudar a forma de apresentar, porque nós queríamos que todos fossem indicados, os que são para a indústria, que é...

Para você vê como o discurso não pode fugir da prática, certo? Quando as pessoas falam assim: “eu quero industrializar Mato Grosso”, eu quero industrializar Mato Grosso significa dar vantagem para industrializar Mato Grosso.

Então, você não pode ter um discurso de falar eu quero industrializar Mato Grosso e quero diminuir os incentivos fiscais. O Gallo falou certo, vão ter saudade lá na frente desses incentivos, pega os incentivos que foram colocados, compara com os outros estados e vê por que Mato Grosso está crescendo, eu provo isso.

Então, disso aí quero me sentar com você para discutir tecnicamente, e é bom, porque você é da carreira, os outros que vieram conversar não eram da carreira, então era mais difícil fazermos a discussão.

Você é da carreira, pode vir assessorado, está aqui a professora Rosângela, quero discutir isso com vocês transparentemente, porque esse discurso não é verdadeiro e não pega, certo? Nós queremos mostrar isso com muita transparência, muita transparência, tá!
(FALAS FORA DO MICROFONE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Não, isso, entendi. E nós vamos mostrar isso para que não pareça... Senão usa isso de uma forma equivocada, e nós vamos falar sobre esse assunto em qualquer momento, que acho que é muito importante deixar cada dia mais transparente a questão da renúncia.

Porque há alguns que podiam até já ter parado de ser dado, é verdade. Então, tem que discutir lá esses aí que podiam ter parado de ser dado, que, às vezes, é um até que todo mundo concorda, mas podia mudar. Não tem problema nenhum nós discutirmos isso.

Passo para o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Quero me dirigir ao secretário Gallo.

Acabei tendo que atender uma pessoa que veio de Tangará e acabei não ouvindo as suas primeiras considerações.

Mas, secretário, é muito bom debatermos com quem tem argumentos, isso enriquece. E como o Presidente desta sessão disse que não tem tempo para terminar esta audiência, prestei muito bem atenção no início.

Então, nós estamos apenas... Agora, são 12 horas, vossa excelência falou 1h30min, o que é praxe, já conheço, povo que veio do C.A. 8 de abril, né.

Bom, então quero dizer ao senhor que o estilo conservador na construção do orçamento é algo já ultrapassado, é ultrapassado. O senhor poderia ter adotado esse estilo conservador nos primeiros anos, aliás, o senhor falou muito em 2018/2025, 2018/2025, 2018/2025.

Se não estiver equivocado, vossa excelência era o secretário de Estado em 2018.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – É, exatamente...

O SR. WILSON SANTOS – Vossa excelência era justamente o secretário em 2018...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...exatamente, por esse motivo...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O SR. WILSON SANTOS – ...estávamos juntos no governo, estávamos juntos no governo Pedro Taques, o senhor, eu, Deputado Max, Deputado Avallone, todos éramos secretários de Estado.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...o pior seria se eu ocultasse 2018.

O SR. WILSON SANTOS – ...não, não, mas o senhor fala de uma forma que parece que o senhor não estava (RISOS), o senhor estava lá com toda a autonomia da caneta em 2018 e foi ali que começou, na verdade, a reconstrução das finanças do Estado.

Aquele ano foi importantíssimo para o sucesso da gestão do governador Mauro Mendes, na gestão fiscal. Capistrano, aquela equipe toda lá foi muito importante ter estado em 2018, ter esses dados em mãos, acelerado quando foi necessário, freado quando foi exigido, foi muito importante essa equipe ter sido mantida.

Assim como o presidente Lula acertou em cheio, quando tomou posse em 2002, em ter mantido a equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso praticamente toda, trazido Meirelles para comandar o Banco Central, foi um acerto naquela gestão.

O governador Mauro Mendes acertou em cheio quando manteve a equipe do governador Pedro Taques na área da Fazenda, foi um acerto, aí foi a base, foi a preliminar, foi o alicerce para fazer essa reforma.

Então, discordo de vossa excelência em manter o estilo conservador na construção da LDO e da LOA, ele poderia ter sido mantido por dois, três anos, mas vossa excelência manteve. E tanto é que o erro foi gigantesco, o senhor errou em todos os orçamentos que mandou para esta Casa em mais de 20%.

Por isso que fiz aquela brincadeira, se o senhor fosse o jogador das bets que existem por aí e usasse todo o seu salário mensalmente para jogar na bets, o senhor estava falido, porque a margem de erro do senhor é gigantesca.

O senhor manda um orçamento de 30, dá 40; manda de 35, dá 47; manda de 37, dá 50. O senhor faz isso de forma intencional, por quê? Porque o senhor quer, junto com o governador, repassar cada vez menos valores nos percentuais para os Poderes e órgãos autônomos.

É uma prática que vossa excelência adotou aqui e que, como sou um Deputado da Base, nós somos do mesmo time aqui e aqui é uma audiência sincera. Eu tenho que falar isso ao senhor.

Isso tirou dinheiro dos Poderes, dos órgãos autônomos e não foi pouco dinheiro que foi tirado do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Unemat, o Governo quebrou o percentual constitucional.

A Unemat perdeu aqueles 2,5%. O Governo passa o que quer para a Unemat, não tem mais a obrigatoriedade constitucional, também foi feito isso com a Unemat.

Então, discordo de que o estilo conservador é que levou ao êxito da gestão fiscal. O êxito... Já disse aqui, vossa excelência e a sua equipe estão de aplausos, dignos de todos os aplausos.

O artigo 168 da Constituição Federal proíbe práticas que reduzam os percentuais legais e constitucionais aos Poderes e aos órgãos autônomos, está lá no artigo 168.

A Sefaz e a Seplag criaram artifícios, mecanismos artificiais que reduziram, na prática, Presidente Avallone, desta importantíssima comissão, os repasses aos Poderes e órgãos autônomos.

E ainda, no artigo 168, é colocado que precisa... (PAUSA PARA TOMAR ÁGUA), e continuando no artigo 168 da Constituição Federal, o constituinte... E aqui temos um deles aqui, o então deputado federal Antero Paes de Barros Neto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O constituinte, sabiamente, incluiu no artigo 168 alguns parágrafos, um deles diz: “É preciso considerar a efetiva capacidade arrecadatória”, a efetiva capacidade arrecadatória.

Vossa excelência está nesta Casa pelo oitavo ano consecutivo falando de LOA e vai de novo errar em mais de 20% a arrecadação final do Estado.

Por que é preciso considerar efetiva a capacidade arrecadatória? Para evitar artifícios, secretário Gallo, artifícios que visam reduzir os duodécimos dos Poderes, dos órgãos autônomos, comprometendo a autonomia administrativa e financeira desses Poderes e desses órgãos autônomos.

É o que tem sido feito ao longo dos últimos 7 anos, isso aconteceu. É o artigo 168 da Constituição Federal, isso é a primeira observação.

Segunda observação, em relação à reforma tributária. Aí eu puxo para esta Assembleia, para a bancada federal, para o governador do Estado e para vossa excelência a responsabilidade de não termos sido competentes na arte de construirmos junto ao Nordeste, ao Centro-Oeste e ao Norte, uma grande bancada para enfrentar o Sul e o Sudeste.

Vossa excelência é culpado, eu sou culpado, Deputado Avallone é culpado, Deputado Dilmar, o governador, a bancada federal em especial. Nós não tivemos competência para construirmos uma grande aliança com os governadores e com as bancadas do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte.

Nós somos maioria, pelo menos no Senado, e não passaria esse texto que passou. Essa reforma é uma vitória do eixo São Paulo, Rio, Minas. Eles, há muito tempo, querem isto, que a tributação fique na ponta, porque eles têm a grande maioria da população.

Então, primeiro, puxo para mim, também sou responsável de não termos articulado o Parlamento Amazônico, do Centro-Oeste, do Nordeste, e aí nós somos maioria no Senado, não passaria o que está passando.

Em relação ao Prodeí, eu liguei esta semana para o coronel Henrique para dizer a ele: coronel Henrique, a Assembleia está fazendo uma propaganda mentirosa. Não foi a Assembleia que criou o Prodeí, e não foi também o governo Mauro Mendes, e não foi o governo Pedro Taques, e não foi o governo Blairo Maggi.

Quem criou o Prodeí foi o governo Carlos Bezerra, nasceu lá, nós precisamos ser justos com as pessoas. Quem criou... Está aí o Avallone dizendo que foi o então secretário Aldo Romani, no governo Carlos Bezerra.

E, na gestão do Blairo Maggi, foi incluído o C de comércio, aí virou... foi?
(O SR. PRESIDENTE DIALOGA COM O SR. WILSON SANTOS.)

O SR. WILSON SANTOS – ...Prodeic com Dante. Foi que ano, Avallone?

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Nós reorganizamos o Prodeí, aumentamos os prazos e tal e eu coloquei o C de comércio, foi inclusive uma lei de Rondonópolis, do nosso amigo, rapaz do céu, que morreu de acidente de carro... Barreto. Ele que coordenou, J Barreto.

O SR. WILSON SANTOS – Ok, só essa observação.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Mas o Blairo fez uma mudança no Prodeic, ele deu uma...

(O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – ...o Blairo, eu falei o quê?

(O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Isso, ele fez uma mudança nas alíquotas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O SR. WILSON SANTOS – Ok, mas fica essa observação, ainda há outras etapas da reforma que serão discutidas.

Governador Mauro Mendes precisa puxar para si a responsabilidade, chamar os governadores do Centro-Oeste, do Nordeste, do Norte, construir um paredão contra tudo isso. Uma observação de quem está na estrada.

Com relação ao índice de pobreza, vossa excelência diz aqui que Mato Grosso é o terceiro estado que tem menos pobres no Brasil, há divergência, excelência, soa muito mais como discurso do que como fatos.

Vários sites importantes da Capital do Brasil afirmam que Mato Grosso tem mais de 700 mil pessoas abaixo da linha de pobreza. Mais de 700 mil pessoas abaixo da linha de pobreza, o que fica um contra... Um paradoxo, né, você tem numa ponta o campeão em produção de grãos e carne e na outra ponta as filas do ossinho.

Nós temos a menos de 5 quilômetros deste assento aqui uma fila do ossinho, aqui num açougue no CPA II, CPA III, CPA IV, ali tem, hoje de manhã havia mais de 300 pessoas lá roendo osso, isto precisa ser atacado.

Habitação, excelência, o Deputado Avallone foi muito feliz, só neste ano... Aproximadamente 500 milhões, Deputado? É, 500 milhões, porque o Fethab caiu. Nós arrecadamos menos porque saiu o Fethab do óleo diesel, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Mesmo assim acho que teve aumento de 13% no Fethab, é isso.

O SR. WILSON SANTOS – Bom, tomara. Mas, nos últimos 7 anos, o Fethab nos deu uma arrecadação de mais de 20 bilhões de reais em números absolutos, uma média de 3 bilhões por ano.

Tá bom assim, né, Avallone, de 20 bilhões a 25 bilhões. De 20 bilhões a 25 bilhões, 20% disso é de 4 bilhões a 5 bilhões que deveriam ter sido aplicados em habitação, isso é lei, não é que o Deputado Avallone quer, não é que o Deputado Dilmar acha lindo isso, que o deputado... não é, é lei. A lei tem que ser cumprida.

Vejo o governador dizendo que tem lei, tem que cumprir, tem que endurecer. Por que nós não cumprimos a Lei do Fethab? Ela é de março de 2000. Desses 4 bilhões a 5 bilhões só do Fethab, o Governo provavelmente não investiu 1 bilhão.

E os 4 bilhões como é que ficam, aí depois, “ah, não aceito invasão, não aceito invasão, não aceito ocupação”. Mas quem que gerou, quem que é o responsável pela invasão? Foi quem deixou de construir políticas públicas, é quem deixou de cumprir a lei.

Há uma lei clara, absoluta... Um absurdo, um absurdo. O Governo é o grande estimulador das invasões, porque ele sequer cumpre a lei que ele é obrigado a cumpri-la.

Então, fica aí mais essa observação.

E quero, também, na resposta de vossa excelência que o senhor fale quanto, hoje, o Estado gasta em percentual com folha de pagamento, incluindo todos os encargos que sobrevêm sobre a folha de pagamento.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Wilson, posso te pedir um minutinho?

O SR. WILSON SANTOS – Claro.

O SR. PRESIDENTE (CARLOS AVALLONE) – Como disse que isso aqui não tem hora para terminar, e como preciso acompanhar minha esposa ao médico e mulher manda, né, pelo menos lá em casa, então vou acompanhá-la.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

E vou pedir para o Dilmar, que é nosso Vice-Presidente, para ele assumir aqui a Presidência, mas queria fazer só um comentário naquilo que você falou sobre a diminuição dos valores para os Poderes.

Veja bem, em 2017, no governo Pedro Taques, nós aprovamos uma lei – acho que em 2017 não estava aqui –, a Emenda Constitucional nº 81, e não tem mais referência ao orçamento. Hoje, os Poderes recebem um percentual e o aumento é relativo ao percentual.

Aumentar a receita ou não, não altera, então não está funcionando dessa forma por uma lei que nós aprovamos aqui, mas há uma coisa que é importante colocar e coloquei para o governador.

Se você pegar a arrecadação dos 4 primeiros anos do governo Mauro Mendes e você ver o quanto que os Poderes recebiam, nós perdemos 0,2 em 1%. O que estou querendo dizer é que, nos outros 4 anos, antes era 1% e agora ficou 0,8.

O que significa? A Assembleia ajudou a melhorar as condições, dito pelo próprio governador, pelo Mauro, ajudou a aprovar todas as leis, diminuiu os incentivos fiscais com a 631, fez toda a dureza do acordo e das coisas que precisavam ser feitas; mas, nos repasses em relação à arrecadação geral, diminuiu a arrecadação dos Poderes.

A arrecadação dos Poderes caiu, não aumentou por causa da lei 81, da Emenda Constitucional nº 81, lá de trás. Só esse detalhe, que você tem razão no final, mas não referente à arrecadação, é por causa de uma PEC que nós aprovamos aqui.

Passo a Presidência, aqui, agradecendo a todos que participaram, que estão participando aqui e, como tinha prometido no começo, não tem hora para acabar, podem ir até às 4 da tarde, eu volto se for até às 4.

O SR. WILSON SANTOS – Muito bem, Deputado, parabéns por acompanhar a esposa, é isso mesmo, é uma surra a menos, né?

(O SR. DILMAR DAL BOSCO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Então, o Wilson pode continuar.

O SR. WILSON SANTOS – Esse acompanhamento da esposa representa uma surra a menos neste final de ano, espírito cristão, isso é muito importante.

Secretário Gallo, super secretário, já disse e repito, vossa excelência é um dos melhores quadros que surgiram nos últimos 10 anos na vida pública deste Estado de Mato Grosso, mas isso não impede de alguns aprimoramentos para ficar ainda melhor e, quem sabe, ocupar uma cadeira com ministro no TCU, aqui no nosso Tribunal de Contas do Estado, experiência tem.

Por último, o Wagner trouxe aqui uma bomba, né, uma bomba, isso é uma bomba. Ele está dizendo que a PGE, da qual vossa excelência é originário, perde todo ano 1,3 bilhão de reais por prescrição da dívida ativa.

Meu Deus, não tinha essa informação. Essa informação é uma bomba. E aí nós temos que ver se isso acontece de forma (INTELIGÍVEL), 1,3 bilhão, Antônio Wagner falou agora, a menos de 10 minutos, que a PGE perde 1,3 bilhão em média todos os anos por prescrição da dívida.

Se isso for verdade, nós temos que reavaliar se a PGE, realmente, é eficiente no recebimento da dívida ativa ou vamos terceirizar o recebimento. Há muitos estados e municípios que terceirizaram o recebimento ou contratar mais advogados na área meio.

E, enfim, secretário Gallo, o debate de bom nível... Isto dizia Nelson Mandela, “quando vou para uma disputa, ou eu ganho ou eu aprendo”. E tenho certeza de que todos nós aqui sairemos daqui aprendendo muito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Por isso que, nos países civilizados, que não é o nosso caso, a discussão mais importante e que mais chama a atenção da sociedade é o orçamento. Aqui, infelizmente, 30, 40 pessoas só se interessam por um tema que trata de 50 bilhões de reais, em que o dinheiro do contribuinte será aplicado nos próximos 360 dias.

Ninguém vem, não comparece, vira as costas para o momento mais importante da vida de um estado. É aqui que decidimos para onde colocar, que alertem as sociedades, puxem a orelha, tomem puxão de orelha, é um debate enriquecedor, isso é muito raro nesta Casa.

O Parlamento empobreceu muito, o Parlamento, hoje, corre do debate, foge das discussões, não é protagonista dos grandes temas da sociedade. Por isso surgiram tantas ONGs, que tomaram espaços, ganharam credibilidade da sociedade na discussão de temas e na resolução de desafios da sociedade.

O Parlamento empobreceu muito nas últimas décadas. Não este Parlamento, do Oiapoque ao Chuí, o Parlamento brasileiro, hoje, é objeto de tapa, de xingamento de baixo nível, de vulgarização total.

E um debate desse altíssimo nível, como foi feito aqui nestas últimas horas, infelizmente é presenciado por ninguém, absolutamente ninguém, porque, se colocarmos aqui as 40 pessoas que estiveram aqui no universo de quase 4 milhões de mato-grossenses, é ninguém, ninguém veio ao debate, não houve o debate.

Mas quero agradecer a sua paciência, já conheço a sua estratégia de falar 1h30min. Vossa excelência faz uma prestação de contas precisa, já disse a vossa excelência, se fosse um advogado na vida pública, seria um dos homens mais ricos materialmente deste Estado, mas um modesto servidor que se limita a ganhar aí os 30 mil, 40 mil reais por mês.

Mas se ousasse... Ontem ainda, visitei um condomínio em Chapada dos Guimarães lá da Gincó e alguém me disse: “Está vendo aquela casa ali?”. Falei: estou, “quase 10 milhões de reais custa aquela casa”.

E aí falei: eu quero até dar uma rodeada para... Porque nunca vi nada de 10 milhões, aí rodeei e ele falou: “Sabe de quem que é esta casa?”. Falei: não, “é de um advogado particular”, e o senhor o conhece, um jovem advogado, não vou citar o nome, ele ganha honestamente o seu dinheiro.

Poucos profissionais conseguem construir uma casa, hoje, de 8, 9, 10 milhões de reais, poucos, e ele tem muito menos capacidade que vossa excelência.

Então, vossa excelência poderia ter uma casa cinco vezes maior do que a dele, para nos convidar lá para, excelência, comer um churrasco... (RISOS)

(O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO DIALOGA COM O SR. WILSON SANTOS.)

O SR. WILSON SANTOS – ...a minha chácara é muito modesta para receber vossa excelência.

Secretário Gallo, muito obrigado, vossa excelência proporcionou nesta Casa, aqui, um dos mais intensos e brilhantes debates dos últimos anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Vou passar para o Gallo aqui.

Quero agradecer ao Avallone, que me passou a Presidência aqui, e, como Líder do Governo, muitas vezes você tem que ficar prestando atenção, anotando e vejo aqui a questão do debate, que o próprio Avallone falou, da renúncia fiscal.

Só um setor, vou citar só um setor, porque também estou pronto para debater a questão do incentivo fiscal e não renúncia fiscal. Hoje, só no setor de etanol... Salvo me engano, em 2018, nós arrecadávamos 392 milhões de reais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Foi uma luta ainda à época, até em 2017, que estava líder do Pedro Taques, para ajudarmos a incentivar esse setor produtivo dentro do Estado Mato Grosso, mesmo com o compromisso de eles arrecadarem o mesmo valor dos 382 milhões.

Mas não consegui vencer na época do governador Pedro Taques e aí trouxe, também, para o governador Mauro Mendes, para que acreditássemos no setor de etanol dentro do Estado de Mato Grosso.

E conseguimos vencer essa batalha, de 392... Diferimento tributário de 50%, quer dizer, arrecadar 196 milhões, mesmo assim o setor compromissado em pagar os próprios 382 milhões.

E, hoje, esse setor aumentou a geração de emprego em mais de 15 mil empregos, 15 mil empregos, desde o plantador de eucalipto, como a pessoa que trabalha no picador de madeira, porque nós estamos com a lei do aproveitamento da lenha e da floresta, que nós aprovamos na Assembleia, esse setor está contribuindo com o Estado com mais de 2,5 bilhões de reais.

Então, é só um exemplo do que o incentivo fiscal deu de resultado para a arrecadação, hoje, do Estado de Mato Grosso.

Dívida ativa, também, é surpresa, mas vejo que o Estado, quando nós aprovamos uma das melhores leis do Regularize, do pequeno, do micro pequeno empresário, do médio empresário... Eles não tinham nenhum lançamento de débito fiscal, eles com multas acessórias que vinham todos os meses, muitas vezes até por uma entrega de um Sped Fiscal, estavam devendo ao Estado 500 mil reais, 800 mil reais. Quando foi apurar o que era o tributo devido, era nada.

Então, também tem que levar tudo isso em consideração e muitas coisas, hoje o empresário... Nós alteramos algumas legislações, os débitos eram 100%, 200%, 300% sobre uma compra de uma mercadoria.

Em uma nota de 1.000 reais conseguiria o Estado dar uma multa acessória de 3.000 reais, 3 vezes mais o valor da nota fiscal de entrada da mercadoria. Lógico que iam na Justiça, iam brigar por não pagamento desse tributo.

Então, tem que ser analisado no contexto geral, secretário Gallo anotou e vai pedir informações aí.

Então, Gallo, eu vejo... E aí fica a preocupação que o Wilson... Olha o mundo em que estamos, inversão de valores, eu não sei e sempre tenho debatido, muitas vezes, da preocupação nossa, pessoal, com a diferença do que o frentista de posto ganha de salário e 700 mil que estão abaixo da linha de pobreza, o caixa do supermercado, qual que é realmente o salário dele? Do trabalhador comum dentro do Estado de Mato Grosso?

Então, fico bastante, quando aprovam as leis na Assembleia, preocupado com esse ser humano, que também está lá fora precisando de oportunidade.

Então, vou passar ao Gallo para fazer as explicações.

Obrigado, Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS – Presidente Dilmar, só antes do secretário, 30 segundos, é que me esqueci de falar, ninguém nesta Casa aqui é contra incentivos fiscais, todos nós somos a favor.

Desde a chegada aqui de Dom Antônio Rolim de Moura Tavares em 1751 já tem incentivos. As primeiras famílias de portugueses... Ninguém queria vir para Mato Grosso em 1750.

Então, dava-se terras, as chamadas sesmarias. O Estado português, depois... Sempre usou incentivos fiscais, nós somos a favor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Agora, tem que ter aquilo que os economistas chamam de a Curva de Laffer, Curva de Laffer, quando é demais, transborda. Igual um remédio, se você tem que tomar um Melhoral, se tomar 15, explode.

Então, é preciso ter o cuidado entre a arrecadação do Estado, a capacidade arrecadatória e a capacidade de renúncia ou de incentivo. Tem que ter, os economistas sabem o que é a Curva de Laffer. Tem que ter.

Só queremos saber se 15 bilhões, o meu dado que tenho aqui é 10 bilhões e 600, ano passado, se 10 bilhões e 600 desequilibra a balança ou não, tem que ter o equilíbrio, só isso, ninguém é contra.

E nós vamos ter problema, o secretário Gallo foi feliz em dizer. A partir de 1º de janeiro de 2033, nós vamos ter dificuldade em competir, por isso é importante acelerar a infraestrutura logística, ferroviária, porto, a ZPE de Cáceres e conceder o que tiver que conceder logo, porque, a partir de janeiro de 2033, a história é outra.

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – É isso. Por isso é importante, Wilson, continuarmos com a trajetória de boa gestão fiscal, retendo recursos para continuar com capacidade de investimento, fazendo estrada, construindo hospital.

Não adianta, não vamos conseguir desenvolver o Estado e atrair pessoas para morar numa cidade cujo hospital para fazer uma cirurgia de apendicite está a 300, 400, 500 quilômetros, ninguém migra para um lugar desse.

Por isso que é importante aumentarmos a nossa infraestrutura hospitalar, infraestrutura de educação, enfim, infraestrutura básica, como estrada e pontes, enfim, continuar com esse investimento no mínimo de 15%.

Wilson, assim, sobre... Na verdade, são só comentários, cada um tem uma visão de mundo. Eu respeito a sua e sei que você respeita a minha e esse respeito é o que nos move ir adiante, e é isso que faz o debate ser grande e, de fato, aprendermos de lado a lado.

Mas 2018 fiz referência... Acho que, no momento em que coloquei ali um slide, você não estava, coloco 2018 em todas as minhas falas, ali de fato começou a minha trajetória e a trajetória da nossa equipe, né, Ricardo, lá em 2018.

Em janeiro de 2018, no dia 15 de janeiro de 2018, em que nós tivemos... Foi um ano superimportante, porque foi um ano de caos, de fato. Você lembra muito bem como vivíamos, com o dinheiro que tinha no caixa, escolhendo quem efetivamente iria receber por restrição financeira.

Mas nós tivemos medidas importantes, óbvio que começou ali, não foram as mais importantes, mas foram importantes. Por exemplo, o FEEF, o Fundo de Equilíbrio Fiscal, que nós aprovamos em junho. Então, há medidas aí.

Quando coloco a linha do tempo, começo em 2018. Eu não apago 2018 em nenhum minuto e agradeço a confiança que me foi depositada pelo ex-governador Pedro e na minha pessoa ao me escolher para aquele momento tão desafiador em 2018.

Alguns, inclusive, me chamaram de louco de ir, mas acho que é o espírito público. Sou servidor público já 20... 15 de janeiro de 2002, vai fazer 24 anos que sou servidor público, só sei fazer isso. Então, começa aí, jamais vou apagar da minha história nenhum fato, seja ele abonador ou eventualmente desabonador, mas vou sempre enfrentar a minha história.

Sobre os Poderes, em 2017 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 81, que é a emenda do teto de gastos, que eliminou a vinculação percentual. Antes os Poderes eram sócios da arrecadação, isso lá, em 2017, desapareceu e agora é sob demanda.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

As demandas vão surgindo e o orçamento é composto, e todos os Poderes e órgãos autônomos têm conseguido desempenhar, expandir as suas atuações com os recursos necessários para fazer frente a elas.

Na questão da pobreza, Wilson, trabalhamos com indicador, não adianta, nós temos que ter bússolas, o indicador é a bússola, eu trabalho com PNAD e com IBGE, são dois grandes órgãos pesquisadores, são duas grandes pesquisas.

E, na pobreza, trouxemos elementos ali de que a política do Estado tem voltado... Hoje, nós somos o terceiro estado em diminuição, nós diminuimos quase 10% no número de pobres, de 2018 para 2024, que é o dado fechado.

Então, quer dizer, é uma política que está indo no caminho e na direção correta. Todos os investimentos do Governo vão nessa direção e os indicadores mostram isso.

O último tema, Wilson, acho que você traz uma questão...

O SR. WILSON SANTOS – Posso fazer um aparte?

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Deixa me só fechar... Bom...

O SR. WILSON SANTOS – Também, cito dados.

O dado que cito é o do GeoSUAS, que é feito pela Setasc, pela nossa Secretaria Estadual de Trabalho e Ação Social. É o GeoSUAS que coloca, inclusive coloca Barão de Melgaço e Novas Nazaré numa situação...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Sim.

O SR. WILSON SANTOS – ...pior do que os piores da África, relaciona média vulnerabilidade, é grave, o GeoSUAS da Setasc.

Não quis mergulhar nesse assunto aqui, mas vossa excelência poderia incluir nesses dados que o senhor tem de indicadores o GeoSUAS da Setasc.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Não, nós trabalhamos com ele, agora o ponto é o seguinte: temos que saber de onde vimos e para onde vamos.

O indicador funciona assim, de onde eu parti? Nós partimos de uma situação em que quase 23% da população estava na linha da pobreza, hoje está em 15%, é muito? É muito, só que nacional é 25%.

Então, significa dizer assim: Mato Grosso está numa direção para redução e eliminação da pobreza, esse é o meu ponto em relação... Se você pega um dado cru e você não compara com nada... Enfim, fica difícil dizer.

Por exemplo, você pega o Santos, que jogou o campeonato 2025, terminou melancolicamente em 16º lugar. E você não comparar o Santos e toda a sua história, de onde ele veio, onde ele está, significa dizer... Não significa nada para o Santos ter esse 2025, porque já foi bicampeão mundial, tem uma trajetória.

O SR. WILSON SANTOS – Mas, secretário, esses 15% são pessoas que estão passando fome, estão morrendo...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Sim, nós tiramos...

O SR. WILSON SANTOS – ...precisam urgente de comer.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...sabe quanto nós tiramos? Também me compadeço e nós estamos trabalhando para retirá-las, todas, Wilson, mas você sabe que não temos varinha de condão, nós fazemos os investimentos, as respostas são dadas, os indicadores medem.

O que nós temos que colocar é no tempo. Hoje, nós temos a terceira menor média de pobreza do Brasil e a quarta de extrema pobreza do Brasil. Isso precisa ser dito. Quer dizer, nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

somos no País um oásis nesse aspecto da pobreza, mas nos envergonha como brasileiros, é óbvio, nós reduzimos em quase 10%.

Se nós pegarmos... Era para termos 380 mil pessoas a mais na pobreza e nós temos a menos. E estou pegando só o recorte do governador Mauro Mendes, ele pegou com quase 25% e está entregando com 15%, reduziu 10%, tirou 380 mil pessoas.

É muita gente. É muita gente. Agora, óbvio, nós temos que continuar a política para que, de fato, tenhamos condição de eliminá-la.

Sobre reforma tributária. Esse é um ponto que... Assim, não posso concordar e não aceito nesse aspecto, respeitosamente. Acho que nós perdemos, todos, enquanto sociedade.

Mas eu lutei, Wilson, eu lutei, o Dilmar e os colegas sabem, eu lutei muito, varei noite, a equipe elaborando dados, eu participei de debates nacionais e eu fui o cara que mais se expôs nesse tema, mais se expôs.

E o governador, além de me dar todas as condições para eu poder falar em nome do Estado, porque eu falava em nome do governador ali e do Estado, o governador também se expôs, ele falou muitas vezes, ele foi ao Congresso Nacional e ali nós tivemos...

O Centro-Oeste foi esmagado politicamente nessa discussão da reforma tributária e vou explicar. Norte e Nordeste ganham com a reforma tributária porque eles têm população e eles não têm produção, não é, professora Rosângela.

Hoje, como o ICMS tributa na origem, o que acontece? O etanol que consome lá em Recife é um etanol produzido aqui, então eu fico com um pedacinho da arrecadação do consumo lá de Recife, significa dizer... No novo modelo, como vai tudo para o consumo, nós não vamos receber mais nada em Mato Grosso, vai ficar tudo lá no consumo.

Então, o Norte e Nordeste são os grandes ganhadores da reforma tributária com o princípio do destino e ao acabar com o princípio da origem do ICMS. Eles sempre tiveram isso como uma grande bandeira ao longo dos últimos 40 anos.

Então, manter o princípio da origem, que asseguraria, inclusive, a manutenção dos nossos programas de desenvolvimento, nunca esteve na agenda do Norte e Nordeste, essa agenda não é comum. Nós não lutamos na mesma trincheira com o Norte e Nordeste.

A luta política ali, de fato, era para a sensibilização, infelizmente, de uma minoria parlamentar, que foi o Centro-Oeste, que tem a menor população entre as regiões do País, tanto na Câmara quanto no Senado Federal.

E, no Senado Federal, prevaleceu o Norte e Nordeste, o senhor tem razão, são 9 estados do Norte mais 7 do Nordeste, são 16 estados dentre 27, significa dizer que eles têm maioria, então eles mandam no Senado do ponto de vista de fechamento de posições políticas no caso da reforma. E, na Câmara, quem manda é Sul e Sudeste, porque é proporcional à população.

E aí teve... A reforma tributária não saiu porque Norte e Nordeste quiseram, porque eles sempre quiseram, eles sempre quiseram.

Quem foi sempre o opositor à reforma tributária? São Paulo, São Paulo. Por que São Paulo era contra? Porque São Paulo... Vocês vão se lembrar, tudo que consumíamos há 40 anos aqui em Mato Grosso vinha de onde? São Paulo, historicamente a dependência do País era da indústria paulista.

O que aconteceu, ao longo dos últimos 30 anos, professora, foi uma desconcentração da produção industrial brasileira. Aí nós tivemos o quê? São Paulo perdeu... Há o PIB industrial, de todo o PIB do País, 25% é o PIB industrial. São Paulo participava com 70% desse PIB industrial, São Paulo perdeu.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Mato Grosso tem frigoríficos que antes só tinham em São Paulo. Mato Grosso tem usinas de etanol que só tinham antes em São Paulo. Mato Grosso tem indústrias na área de aves, de suínos, enfim, a nossa indústria.

Então, significa dizer que São Paulo, como ele foi se desindustrializando... E eles foram contrários... Sabe por que nós tivemos que fazer a Lei Complementar nº 160? Porque São Paulo entrou na Justiça contra os benefícios fiscais.

Sabia que São Paulo tinha uma ação no Supremo Tribunal Federal contra o nosso Prodeic? Alguém sabia aqui? Sim, porque o Prodeic quando foi aprovado, na última vez dele... Começou em Bezerra, teve uma alteração com Dante e Blairo fez uma grande alteração em 2003.

São Paulo, o governador de São Paulo, entrou em 2010, 2011 com uma Adin no Supremo Tribunal falando assim, “não teve, não respeitou, tem que aprovar previamente no Confaz. Como não houve prévia aprovação no Confaz, era inconstitucional”. Ele entrou contra os programas de desenvolvimento do País inteiro.

Então, o Supremo Tribunal poderia declarar inconstitucional, Dilmar, todos os nossos benefícios fiscais do Prodeic e todos os programas de desenvolvimento...

O SR. WILSON SANTOS – ...mas, secretário, deixa-me fazer uma...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...então, aí São Paulo... Deixa-me só concluir isso aqui, é importante, Wilson, eu preciso fechar esse raciocínio.

E aí o que acontece? São Paulo era contra os programas de desenvolvimento, porque nós estávamos, os outros estados estavam atraindo indústrias. E aí o que vem a São Paulo... Que antes era opositor porque ele perdia arrecadação, pois quem produz mais recebe mais ICMS.

Então, como ele começou a perder participação na produção industrial por outros estados, pelos programas de desenvolvimento... Qual foi a tese de São Paulo? “Beleza, eu topo ir para o destino, quer dizer... Não vai ter mais tributação na produção desde que não tenha benefício fiscal”.

E foi aí que a emenda constitucional aprovada em 2023... Precisa ser dito, houve um apoio do atual governo a essa reforma tributária, que foi aprovada a fórceps do Centro-Oeste. O Centro-Oeste ficou isolado politicamente, não adiantava, os nossos gritos, e foram muitos, não foram ouvidos, nós não sensibilizamos tanto no Senado quanto na Câmara Federal.

Então, o que acontece? São Paulo passou a apoiar a reforma tributária, por quê? São Paulo vai se reindustrializar. Então, nós tivemos o quê? O Sul e Sudeste apostando na sua reindustrialização com o fim dos benefícios fiscais, como os programas de desenvolvimento, e o Norte e Nordeste, porque ganham com o princípio do consumo, porque não produzem.

O Centro-Oeste é o quê? Tem população pequena e é um estado produtor. Então, significa dizer que nós ficamos politicamente isolados, mas não é justo o que foi feito, tanto na perspectiva da emenda, do modo como foi concebido, como do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Essa é uma pauta, Deputado Wilson, em que nós poderíamos construir uma frente, uma grande frente estadual, uma frente regional, pegando todo o Centro-Oeste aqui, para que consigamos rever os requisitos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

O SR. WILSON SANTOS – Sim, sim.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Não é justo, porque, além de eles ganharem na reforma... Vocês viram que acabei de falar aqui do novo tributo, favorece Norte e Nordeste porque eles vão aumentar a arrecadação e favorece Sul e Sudeste porque vai melhorar a indústria, a competitividade da indústria.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Onde ficou o Centro-Oeste nisso? Aí você tem o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e fizeram exatamente o quê? Pegaram FPE, que é o que favorece Norte e Nordeste, que têm maior participação, e pegaram população, que favorece Sul e Sudeste.

De novo, nós perdemos, nós sofremos uma goleada de 3 a 0, 4 a 0 nessa reforma tributária, nós precisamos pelo menos marcar um gol...

O SR. WILSON SANTOS – Permitam-me, excelência.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...nós precisamos marcar um gol. Então, nós precisamos, Wilson.

Nesse tema da reforma, isso é... Viu, Dilmar, é muito importante rever os requisitos de repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Temos proposta que foi derrotada, tá? Tinha emenda.

Por isso que eu digo que nós politicamente ficamos isolados, tinha uma emenda, Wagner, que estabelecia assim: em vez de ser 70% para FPE, 65%; em vez de ser 30% por população ser 25%, 65% e 25% = 90%, sobravam 10%.

Com 10%, nós colocávamos o mesmo requisito da Lei Kandir, que é o requisito de exportação de produtos primários e semielaborados. Aí atenderia o Centro-Oeste. O que aconteceu? Essa emenda foi rejeitada, prevaleceu 70% e 30%.

Então, quer dizer, nós temos propostas, foram apresentadas, fomos derrotados politicamente, infelizmente. E é uma grande derrota, eu diria, do próprio federalismo.

Estive no Canadá um mês atrás...

O SR. WILSON SANTOS – Sim, sim.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...é uma derrota da autonomia federativa. Sem autonomia financeira, você não tem federalismo, é uma falácia.

Então, significa dizer que nós temos aí, sim, um trabalho a ser feito e juntar as mãos. Não tenho dúvida de que o próximo Parlamento, que vai se constituir pela eleição do ano que vem, tem um trabalho fundamental no Congresso Nacional.

Obrigado, gente.

O SR. WILSON SANTOS – Secretário, quero só fazer um aparte para o senhor continuar.

Secretário, eu lembro que em 2019, logo quando começou, eu propus, eu acho que no primeiro dia, uma CPI sobre sonegação. A Base do Governo pulou, “não, loucura”, não queria deixar, mas conseguimos emplacar.

E dessa CPI nasceu mais de 150 milhões de novos recursos para a sua secretaria, que é...

(O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO DIALOGA COM O SR. WILSON SANTOS.)

O SR. WILSON SANTOS – ...o estado... (RISOS)

Nasceu ali mais uma fonte, que é uma taxa de fiscalização sobre atividade mineral no Estado.

Quero dar uma sugestão. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Distrito Federal, não, Wilson.

O SR. WILSON SANTOS – ...não.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Ele é ganhador...

O SR. WILSON SANTOS – Tá, Rondônia...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...porque ele não tem produção... Ele tem participação por renda, o Distrito Federal.

O SR. WILSON SANTOS – ...tá, então vou retirar. Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Amazonas, Pará, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Tocantins, 16 estados vezes 3 senadores, 48, maioria.

Por que o senhor não propõe logo no começo do ano um encontro desses governadores ou pelo menos dos seus colegas secretários de Fazenda em Cuiabá para nascer aqui a carta de Cuiabá para fazer...

Ainda é tempo de mudar algumas coisas, são perfis populacionais semelhantes, até 5 milhões de habitantes...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Wilson, Rondônia ganha pelo FPE, porque tem um grande FPE, ele não quer mexer no Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Acre, para você ter uma ideia, o Acre recebe 2 bilhões de Fundo Nacional de Desenvolvimento, vai receber 2 bilhões, Mato Grosso recebe 1 bilhão, por quê? Ele participa do FPE mais do que Mato Grosso.

Roraima, idem, também participa. Poderia até vir pela orientação política ideológica. Amazonas, o Amazonas é o grande ganhador da reforma tributária, porque virou um paraíso fiscal, é o único lugar no Brasil onde ainda vai continuar com benefícios para atrair indústria.

Virou o grande paraíso fiscal, virou ali as Ilhas Cayman do Brasil na atração de indústria e ainda tem um fundo, com recursos federais, exclusivamente para atender as demandas e a perda de arrecadação do Amazonas.

Então, o senador relator, que foi o senador Eduardo Braga, cuidou muito bem do estado de Amazonas.

Pará, super ganhador na reforma, não tem produção, tem uma grande população, quase 10 milhões de habitantes, e ainda ganha muito do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, porque tem um grande FPE.

Sergipe, idem; Alagoas, idem; Paraíba, idem; Rio Grande do Norte, idem; Piauí, o Piauí vai receber 2,5 bilhões de Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, 1,5 mais do que Mato Grosso vai receber.

Se uma indústria de etanol de milho vai se instalar em Mato Grosso ou vai se instalar no Piauí... O governador do Piauí está com caixa cheio para falar: “Ó, você vai pagar o seu IBS, eu te devolvo todo o IBS que você pagar”, não vai entrar nessa.

Maranhão então... Maranhão é o que mais ganha, porque tem população, grande população, não produz, não tem grande produção e ganha porque tem um FPE... É o maior FPE proporcional do Brasil.

E Tocantins é um estado que poderia somar-se conosco, mas pelo FPE também.

Infelizmente, a característica econômica, populacional e a densidade demográfica do Centro-Oeste nos dão essa peculiaridade. Aí tem que ser o pacto federativo para não deixar uma região completamente desassistida no acesso a recursos fundamentais para o seu desenvolvimento regional.

Hoje, se o senhor é um industrial, chega em Rondônia e chega aqui em Mato Grosso, nós conseguimos um incentivo que nos torne atrativo nessa competição que existe, hoje, por investimento industrial, porque nós temos o que chamamos de paridade de armas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Então, a mesma arma, num bom sentido, gente, a mesma arma que um estado tem, Mato Grosso também tem para fazer a defesa da sua atratividade nos investimentos, em especial os investimentos industriais.

O que vai acontecer? O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional vai passar a ser um grande incentivador. Então, quem tem mais dinheiro vai conseguir fornecer os maiores incentivos. E aí nós não temos paridade de armas.

Eu mencionei, São Paulo vai ter quatro vezes mais que Mato Grosso. Falei para o colega do Mato Grosso do Sul que as indústrias, hoje, que estão ali em Três Lagoas vão atravessar o rio.

Na tomada de decisão, 30, 40 quilômetros, hoje faz sentido estar em Três Lagoas, produzir ali, porque há incentivo quando manda para São Paulo, para sua Dracena, por exemplo, para a minha Pereira Barreto, lá onde nascemos.

Mas, a partir de 2032, com extinção dos benefícios, São Paulo não vai ter mais o benefício e São Paulo ainda vai conseguir ter mais recursos que o Mato Grosso do Sul, quer dizer, ficou absolutamente distorcida a regra de atratividade no âmbito da política de desenvolvimento regional.

Então, assim...

O SR. WILSON SANTOS – Mas isso, então, é inconstitucional porque a Constituição estabelece o desenvolvimento equilibrado entre as regiões...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Então, Wilson, você sabia...

O SR. WILSON SANTOS – ...isso é uma cláusula pétrea.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...você sabia, inclusive, que nós estamos estudando eventualmente propor uma ADI contra esse dispositivo que deixou o Centro-Oeste com menos recursos proporcionalmente que estados mais desenvolvidos que o Centro-Oeste.

O SR. WILSON SANTOS – Mas inviabilizaram o Centro-Oeste.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Por isso que eu disse que nós vamos...

O SR. WILSON SANTOS – É a região que mais cresce no País.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...lembra que mencionei aqui, ó, nós vamos sentir saudade do Prodeic, gente, escrevam, escrevam.

O SR. WILSON SANTOS – Sim, sim.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Nós vamos sentir saudade do Prodeic, mas esse é um debate que nós ficaremos...

(O SR. ANTÔNIO WAGNER NICÁCIO DE OLIVEIRA DIALOGA COM O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...é que... Assim, ô, Wagner, se aumentarmos 20%...

O SR. WILSON SANTOS – É mais dinheiro circulando...

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...só que, assim, neste momento...

O SR. WILSON SANTOS – ...mais imposto cobrando.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...com 20% de aumento, retiramos a capacidade de investimento, precisamos de aplicação desses recursos em infraestrutura.

E o dinheiro que entra, depois, numa arrecadação entra com todas as vinculações, com o que não necessariamente você vai conseguir atender aquilo que precisa ser atendido para o Estado continuar competitivo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Então, assim, nós temos desafios, manter disciplina fiscal, manter recursos no caixa para continuar fazendo 1.000 quilômetros de estrada, concluir os hospitais, continuar fazendo as novas escolas, enfim, conectar Mato Grosso, colocar conectividade rural, trifásico na zona rural.

Em São Paulo, 99% da rede rural é trifásica. Se você anda em qualquer estrada paulista, você tem conectividade pelo celular 4G, no mínimo. Aqui, em Mato Grosso, você não tem isso. Então, quer dizer, eles estão em estágios distintos do nosso.

Isso aí é investimento público, nós precisamos fazer isso, senão nós não vamos conseguir atrair... Na hora que ele for comparar as coisas, vai falar: “A questão logística com o incentivo que você me oferece não faz sentido eu produzir aí, eu vou produzir aqui”, por isso que haverá uma reconcentração industrial.

E é por isso que o governador Tarcísio apoiou a reforma tributária como governador de São Paulo, se qualquer um de nós estivessemos na cadeira lá, talvez tivéssemos... Talvez não, tivéssemos feito mesmo.

Agora, cabe, aqui ao Centro-Oeste e, em especial, a Mato Grosso fazer o que temos feito ao longo dos últimos 4 anos, nós seguramos essa reforma tributária desde 2019, do jeito que ela estava.

É importante fazer a reforma? Conforme a Avallone falou, sim. Gente, o ICMS é um imposto velho, complexo, cheio de normas.

Um chinês que venha produzir em 3 estados no Brasil tem que ter aqui pelo menos 30 advogados e uns 50 contadores para entender a legislação do ICMS nos 3 estados e ainda consultar jurisprudência, enfim, é um inferno.

Mas poderia ter feito uma reforma em que a tornaríamos mais simples, mas não quebraria o federalismo da forma como nós quebramos, infelizmente... O Congresso Nacional quebrou.

Secretaria de Serviços Legislativos

O SR. WILSON SANTOS – Está encerrando, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Vou encerrar agora.

O SR. WILSON SANTOS – Então, quero fazer minha última observação, já que nós estamos com antecipação de 3 horas para encerrar, porque o Presidente Avallone falou que ia até às 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Vou encerrar, o senhor faz a consideração, para encerrar.

O SR. WILSON SANTOS – Obrigado.

Secretário Gallo, quero comunicar o senhor que vou fazer uma consulta ao Tribunal de Contas do Estado, de hoje para amanhã, oficialmente, sobre essas LOAs subestimadas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Renúncias.

O SR. WILSON SANTOS – Não, renúncias, o Tribunal já tem um relatório consistente, deve encaminhar ao Governo, ao Ministério Público, enfim.

Vou fazer uma consulta do que o Tribunal entende de orçamentos subestimados, vide os últimos 6, 7 anos, que comprovam que o projeto, quando chega aqui, é um valor, mas a arrecadação final é acima de 20%, 25%.

Porque o senhor sabe que sou direto, faço as minhas provocações e os meus questionamentos para que a coisa melhore, para que a coisa avance, acho que a Assembleia não está preparada para votar essa matéria nesta quarta-feira.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº
1.576/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE
2025, ÀS 9H.

Entendo que não está preparada, não tem informações. Apenas 5 ou 6 Deputados estiveram presentes aqui, isso não dá nem 40% dos Deputados. Nós não estamos suficientemente prontos para votar essa matéria.

Parabenizo vossa excelência, que tem comparecido a esta Casa, doutor Capistrano, exímio secretário adjunto, excelente; doutra Luciana, Cléber, Belarmino e, em nome deles, cumprimento toda a sua equipe.

Você tem uma grande equipe, uma equipe muito boa, que mudou o perfil de gestão no Estado, que evoluiu o Estado, nos trouxe a um patamar importante, mas não quer dizer que não haja correções a serem feitas, aprimoramentos que podem nos levar a um outro patamar.

E registro aqui, Dilmar, nós estamos diante de um monstro que vai nos engolir, se nós não tivermos força para fazer algumas correções na reforma tributária. É uma tragédia anunciada para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, uma tragédia anunciada.

E a Constituição é clara, não pode haver desenvolvimento descolado, o desenvolvimento no Brasil tem que ser equilibrado.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – Então, os concursos, cada categoria... Até Unemat, temos apoiado o orçamento da Unemat. De 2019 para agora, praticamente dobrou, nós estamos em mais de 550 milhões de reais, nós começamos com um orçamento de 245 milhões, 250 milhões.

Então, assim, temos apoiado a Unemat, a infraestrutura diz... Eu preciso me apropriar exatamente com a reitora qual é a perspectiva, colocar isso no horizonte... Oi? (INTEGRANTE DA PLATEIA DIALOGA COMO O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO.)

O SR. ROGÉRIO LUIZ GALLO – ...não, ela sempre está comigo aqui, ela vem sempre conosco, e não teria problema nenhum, estudei na Unemat também, tenho um carinho especial pela Unemat, ela cumpre um papel importantíssimo em Mato Grosso, e aproximar a Unemat dos nossos cidadãos, dos nossos alunos é fundamental.

Então, vou me apropriar, mas com toda certeza a Unemat e as demais áreas do Estado com previsão de concurso são áreas prioritárias.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Bem, quero agradecer aqui ao Presidente, Deputado Carlos Avallone, agradecer ao Deputado Wilson Santos, Deputado Botelho, Deputado Diego Guimarães, agradecer ao secretário Gallo, Rogério Gallo, Ricardo Capistrano também presente.

E dou por encerrada, em nome da Assembleia Legislativa, esta audiência pública da Comissão de Fiscalização.
(ENCERRA-SE A AUDIÊNCIA PÚBLICA.)

Revisão: Carmem Elvina Santos Araújo Gaiotti;
Eunice José de Souza;
Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
Solange Aparecida Barros Pereira.